

Director
Leite de Magalhães

Editor
Joaquim Araujo

Propriedade da Empresa
de Publicidade Colonial, L.ª

GAZETA DAS COLONIAS

Composto e Impresso
Rua do Seculo, 150

Publica-se nos dias 10 e 25
de cada mês

Redação e Administração
R. Diário de Notícias, 44, 1.º

QUINZENÁRIO DE PROPAGANDA E DEFEZA DAS COLONIAS

ASPECTOS COLONIAIS



ANGOLA — Um trecho de paisagem na região florestal do Amboim

Companhia de Moçambique

Comunicações Ferro-Viarias — BEIRA

Porto dos territorios da Companhia de Moçambique e o principal da Rhodesia do Norte e do Sul-Katanga Belga. — Protectorado da Niassalandia e vale do Zambeze



Exportação de milho da Beira

Durante o ano de 1923 foram exportados pelo porto da Beira 1.250.000 sacas de milho. Desse numero 797.000 sacos provinham da Rhodesia e 387.000 do territorio da Companhia de Moçambique. Estes importantes embarques indicam que a Beira está mantendo a sua posição de segundo porto cerealifero da Africa meridional e oriental

PESADA HERANÇA

6 LIVEIRA TAVARES, o carinhoso fundador desta «Gazeta», foi nos arrebatado Pela Companhia de Moçambique. O seu poder de acção valia, realmente, muito mais que o espaço da pequena sala onde a «Gazeta» se fabrica: — valia bem o territorio imenso onde a poderosa Companhia exerce a sua administração, e que de fecundas actividades necessita para o levar á prosperidade que merece.

Que a escolha foi acertada, não ha duvida... Mas o nosso egoismo, pela valiosa perda sofrida, é que a lastima. Oliveira Tavares, nesta «Gazeta», jámais será capazmente substituído: era uma energia serena, que vence a dificuldades a sorrir; era uma fidalguia cativante, que domava as simpatias num olhar; era uma dedicação inquebrantavel, que antolhava o futuro sem temer. E a sua alma forte, auxiliada por uma intelligencia de eleição, conseguira fazer desta «Gazeta» qualquer coisa que era lida com agrado e que se ia guardando com affecto, — um repositório precioso de conhecimentos e de problemas, de conceitos e de sugestões, que, num país sáfaro de literatura colonial como é o nosso, não só facultava recreio deleitoso aos estudiosos, como também estava servindo de vademecum aos paparretas que, falhados na vida politica, encaminham as ganhas para a mangedoira doirada dos governos do ultramar.

A herança, que nos foi legada, sinceramente confessamos que nos aterra. As melhores qualidades, que Oliveira Tavares possuía, falecem na pobre e defeituosa carcassa com que a Providencia nos dotou. E se alguma coisa desculpa a nossa aquiescência ao convite com que fomos honrados, apenas na amizade, que



MAJOR OLIVEIRA TAVARES

nos ligou, ela se encontra, e talvez um nadinha — sim, talvez! — no muito amor por esta obra já criada e que, por muitos titulos, seria lamentavel que morresse.

Os trabalhos, que aqui vamos pa-decer, só poderão sêr rigorosamente avaliados pelos que souberem as condições em que a «Gazeta», pela desvergonha da caloteirice humana, ás nossas mãos passou. Mas como ainda não perdemos a fé na bondade daqueles para quem as colónias não são apenas gamelas de fartura, mas patrimonios que nos cumpre defender, cá nos vamos arrimando ao bordão do caminho tendo na alma a esperança de que melhores dias nos acudam a desoprimir de angustias e a firmar a obra em alicerces que nunca mais se abalem.

Oxalá a Companhia de Moçambi-

que saiba guardar, e aproveitar, o companheiro querido que nos levou. As qualidades morais e mentais de Oliveira Tavares só têm a empaná-las a grandeza da sua modestia. Mas sobram-lhe para triunfar. E todos os nossos votos serão para que a sua felicidade seja, pelo menos, tanta quanta agora desejamos á «Gazeta» que fundou.

Dos nossos illustres colaboradores, anunciantes e leitores esperamos continuar a merecer o benevolente auxilio que Oliveira Tavares, tão venturosamente, conquistou.

A DIRECÇÃO.

Companhia Nacional
DE
PRODUTOS COLONIAIS, L. DA
Rua dos Fanqueiros, 15 — LISBOÁ
Transações sobre cacau,
café, cera, coconote e couros

APÓS O FINANCIAMENTO DE ANGOLA

O AUXILIO financeiro prestado pela Metrópole á provincia de Angola tem o caracter particular de um emprestimo feito para ocorrer a imprevistos aumentos de despesa, e não de um meio da Provincia proseguir nas medidas de fomento que estudára e cuja execução em grande parte encetou.

Não, de modo algum.

Quem estudou as causas da crise angolana verifica que estas são, em síntese, duas apenas: a crise financeira da Metrópole, que se reflectiu em cheio na vida económica e financeira da Provincia e a crise do Banco Nacional Ultramarino, que se averigua agora não ter as condições necessárias para cumprir os compromissos a que se obrigou.

Logo, o auxilio prestado pela Metrópole tende apenas a fazer desaparecer, por agora, os deficits resultantes da crise e nada mais.

E como Angola terá que pagar á Metrópole o empréstimo que esta lhe faz, e como terá que pagar todos os outros que constituem a sua divida consolidada de hoje, necessário é que ela encontre os meios indispensáveis para inscrever nos seus orçamentos todas as verbas respeitantes a esses compromissos e ainda para continuar o desenvolvimento económico, fonte unica da prosperidade financeira desejada.

Ora, estes meios indispensáveis só os pode obter por meio de empréstimos, de concessões, de contratos, que certamente não podem contrair-se com a Metrópole, pois a situação financeira desta é bem difficil neste momento e se-lo-há ainda durante alguns anos.

De resto, desde que a autonomia concedida a Angola não seja uma ficção, esta pode facilmente encontrar, na sua riqueza própria, elementos de crédito para obter os financiamentos de que necessitar.

Sendo assim, vamos indicar, a traços muitos gerais, alguns dos problemas que se apresentam ao governo da Provincia e que necessitam de urgente resolução.

Entre outros destaca-se o problema bancário, que tem aspectos bem graves e que se não coadunam com demoras na sua resolução.

E' certo que é ao governo da Metrópole que compete estabelecer o regimen bancário colonial; mas certo é tambem, que esse regimen não pode excluir a intervenção directa da

Provincia na sua preparação, na parte que lhe respeita.

Isto é lógico e indispensável; de contrário, a autonomia administrativa de Angola transformava-se numa *blague* ou, o que é peor, num paradoxo, que, por certo, teria bem funestos resultados.

Porém, admitindo que a lógica será respeitada, verifica-se que um novo regimen bancário não poderá estar estudado, aprovado e decretado antes de largos meses.

Nestas circunstancias, torna-se indispensável estabelecer um *modus vivendi* com o Banco Nacional Ultramarino, até que um novo regimen seja decretado; e esse *modus vivendi* só pode ser preparado pelo governo da Provincia.

Quais deverão ser as suas linhas gerais?

Primeiro, exigir que o B. N. U. complete o emprestimo de 10:000 contos ouro, que contratou, e dos quais só entregou 7:369 contos. Caso o Banco confesse que não tem condições para o terminar, estudar uma compensação pelo prejuizo causado á Provincia, devido a essa falta de cumprimento do contrato por parte do B. N. U.

Em qualquer dos casos, transformar a expressão facial dos titulos do emprestimo de escudos-ouro em libras, e permitir ao Banco a sua colocação, mantendo o aval dado pelo governo da Metrópole.

Facil é essa transformação; no caso de o emprestimo se não completar, como sabemos que o cambio médio das várias séries é de Esc. 99\$04 por cada libra, temos apenas que transformar os 162:200 contos recebidos em notas do B. N. U. (7:369 contos-ouro) em 1.637:623 libras. Se o emprestimo fôr completado, há apenas que exprimir todo o emprestimo (£ 2.222:222) em libras.

Para abreviar essa operação, poderá mesmo fixar-se um cambio para as 584:599 libras que o Banco tem a entregar, fazendo-se imediatamente a conversão total.

A seguir, ter-se-há que tratar da convertibilidade da nota do B. N. U.

Esse problema joga com o da fixação da circulação e com o das transferencias.

Seja como fôr, é absolutamente indispensável que as notas do B. N. U. tenham paridade absoluta com as do Banco de Portugal. Que as excedam em valor pode admitir-se, representando tal facto uma melhoria financeira da Provincia, que todos

desejariamos e que, indirectamente, faria crescer o valor da nota metropolitana; mas que sofram depreciação no confronto, é inadmissivel.

Não será necessario referir o que de pernicioso há para a vida económica de Angola na inconvertibilidade actual ou no simples *écart* de 12 a 20 %.

Assentando no montante máximo da circulação de notas do B. N. U.; obrigando este Banco a estabelecer uma garantia séria em valores ouro, irreductíveis; facilitando, por outro lado, ao Banco as coberturas das transferencias, pelo estabelecimento de um fundo de conversão cambial; poderá a convertibilidade absoluta da nota ser um facto immediato.

Arrumados estes principais assuntos de momento, resta ao governo da Provincia continuar, metódica e sensatamente, na execução das medidas de fomento, desde as vias de comunicação até á efectivação de uma imigração de colonos nacionais, e quiçá de estrangeiros, para que a fertilidade do solo e a sua riqueza mineralógica possam ser devidamente exploradas.

Necessário será abordar claramente o problema do crédito agrícola, fugindo aos preconceitos, que sobre nós veem pesando como um Himalaia, de que o capital estrangeiro oferece perigos.

Esse papão, que só pode assustar os financeiros de *quatre sous*, como se diz em França, não assustou nem a Bélgica, nem a França, que ao desenvolvimento colonial se têm votado com toda a alma e que, longe de afugentarem, acolhem gentilmente os capitais estrangeiros.

Esse papão é do mesmo genero do da colonização por estrangeiros em determinados pontos da nossa colónia de Angola.

Tem sido essa relutancia portuguesa na admissão do trabalho e do capital estrangeiros a causa do atrazo em que a provincia de Angola se mantem ainda hoje perante as suas similares belgas, francesas e inglesas, e a causa das vis campanhas contra nós feitas por esse mundo fora.

Mas o assunto é longo e a *Gazeta das Colónias* não pode tratar só de Angola; por isso, no próximo numero, continuaremos as nossas considerações.

(Continua)

CAPITÃO V. PEREIRA DA COSTA

PELA POLITICA...

"Angulus ridet"...

Faltava á nossa «Gazeta» um cantinho donde, entre fôlhas de loiros e espinhos de cardos, podessemos olhar de alto os *homens* e as *coisas* que, nesta incongruente «lusolandia» tão rica de bens como carecida de obras, estão influindo na marcha do seu destino, — é esse o cantinho que lhe vamos abrir agora. Será o *angulus ridet* da nossa alma, que, liberta de ambições e isenta de facciosismos perturbadores, apenas se abraça ao anelo ardente dum engrandecimento que as virtudes da Grei possibilitam e que só o desvaio das paixões emperra.

Como pósto de atalaia, donde se vigie e guarde o bem comum, ou como minarete de mesquita, donde se expanda e se faça ouvir a nossa fé, assim o consideramos nós. Empunharemos armas seja contra quem fór que pretenda fazer deste chão sagrado um pasto ou uma herdade; mas sempre nos será mais agradável erguer os braços para aplaudir e espalhar flôres, honrando aqueles que, por seus gestos e atitudes, bem mereçam a nossa gratidão.

Entretanto... Alheios ao que em tórno de nós se passa, por máis caminhos temos andado. A onda pérfida da politica foi-nos arrastando para sorvedoiros que ameaçam sepultar-nos. E, no timão do léme, escasseiam as mãos habéis que nos arranquem da voragem. Por outro lado, abundam os estomagos famintos que, sob a protecção dos corrilhos, oferecem a sua desvergonha para a nossa... perdição.

Que nome mereceríamos nós se, de espinha dobrada, nos limitássemos a cuspir no chão a nossa dôr, em vez de nos erguermos para o castigo duro dos mentecaptos ou dos bisborrias, que, medindo o seu mérito apenas pelo comprimento das unhas, manobram subidas para alturas que deslumbram, muito embora, pela sua presença nelas, o nome do país se apague? — Cumplices seríamos, por cobardia moral, dum crime de lesa-pátria, que não teria perdão no fóro da nossa consciencia. E no lôdo dessa cumplicidade não nos afundaremos nós.

Compreende-se que sejam as colónias o campo mais sujeito á nossa vigilância, porque delas tratamos especialmente nas páginas desta revista. Mas como a vida colonial também padece das tropelias da politica metropolitana, succedendo até que eméritos cabotino já por aí advogam ideias de se transplantar o *barro partidario* para as terras de além-mar, igualmente nos merecerá atenção o que houver de *mal-cheiroso* na politica caseira, e daqui gritaremos *ó da guarda!* quando tivermos de pedir socorro... aos homens de juizo.

Comentarios ligeiros, que não artigos, serão os meios de combate neste *cantinho sorridente*, onde tomamos posição. Não usaremos pedras senão quando tivermos de enxotar mastins. Uma vaidade tóla, fere-se bem com um sorriso. E, para castigar inepcias, talvez não seja preciso muito mais que um beliscão, devidamente regulado para péle ou para coiro, consoante fór a qualidade animal do padecente.

Coisas espantosas!

A proposta do financiamento de Angola, que cêrca de quatro semanas se arrastou em discussão no Parlamento, foi, finalmente, aprovada sem que o seu montante, de 9.000 contos-oiro, tivesse sido reduzido.

As nossas mãos erguem-se em louvores ao Ministro illustre, que tão dedicadamente trabalhou para a salvação da Colónia-martir, e ao Senado da Republica, que, recalando opiniões em holocausto ao bom-nome da Patria, nobremente concorreu para que a gravissima situação financeira da Colónia não ficasse insolucionada.

Sucedeu, porem, que na proposta ministerial se introduziu uma emenda, que não pode furtar-se ás nossas considerações: o que se teria pretendido alcançar com o cerceamento da regalia concedida á Provincia pela lei 1.131, autorizando-a a contratar os seus empréstimos até á importância de 60.000 contos-oiro? Obrigá-la a servir-se, *exclusivamente*, dos recursos do Tesouro metropolitano para as suas obras de fomento e de colonisação? — Parece-nos que não, porque longe estamos ainda de possuir o desafogo necessário para esboçarmos tão bizarra pretensão.

Seria, então, para impossibilitar a Provincia de realizar contractos sem a directa interferencia do Governo da Metropole, que poderia ou não recusar-lhes o seu assentimento? — Nesse caso, teria sido preferível anular a lei, porque é intuitivo que ninguém contratará com o Governo da Provincia desde que a este falecem os meios legais para contratar.

A que veio, pois, a emenda? — Antes de tudo, veio a criar uma situação embaraçosa, que terá como consequencia fatal, e não distante, um novo apêlo aos cofres da Mãe-Patria, possivelmente ainda não possuidora do crédito necessário, ou do *sape-ravit* bastante, para lhe dar deferimento.

E depois? — Depois... meu Deus! não há de faltar os dias para que a oratoria novamente se recreie nas parlengas que são o seu encanto, embora sejam o nosso dolorissimo calvario.

Mas o peor é que a emenda tomou o caracter duma *sanção*... E seria insensatez que supozessemos ter sido lançada contra a pessoa dignissima e prestigiosa que, então, se ingitava para o Alto Commissariado da Provincia, pois que jámais o Sr. Portugal Durão facultara motivos para tal afronta.

Contra quem, então? — Evidentemente, contra o Sr. General Norton de Matos, unica individualidade que da lei 1131 fizera uso, e que fica agora incurso em suspeição de que o fizera... *abusivamente*.

Mas as provas? Onde estão elas? Apenas conhecemos, pelo contrário, uma moção do parlamento, onde, depois duma accusação severa, a maioria democratica lhe ratificara toda a sua confiança. E essa maioria era precisamente a mesma que agora votou a emenda, que o condena!

Acaso se teria *condenado* sem provas? — Repugna-nos acreditá-lo, porque, a tanta vileza, crêmos nós que se não desceu ainda. Mas, neste caso, inadmissivel nos parece que o Sr. General Norton de Matos seja ainda o nosso embaixador em Londres, investido em poderes de *confiança*... que o parlamento, agora, lhe retirou!

Como se compreende isto? — Nós confessamos que, nestas *espantosas coisas*, a nossa rasão se embrulha.

E o que fará, depois da votação do parlamento, o Sr. General Norton de Matos? ... A vêr vamos!

Registando ..

Foram os dois illustres deputados, srs. Paiva Gomes (democratico) e Carvalho da

Silva (monárquico), aqueles que mais rijo combate ofereceram á proposta do empréstimo, que tendia a desoprimir Angola. O Sr. Carvalho da Silva, aferrado ao sô-nho de demolir esta Republica com os *tropos* da sua eloquencia (uma vez que as *tropas* lhe não fornecem armas), esalfou-se a descobrir *escandaleiras* nas cifras inocentes em que a situação da Colonia aparecia desenhada. O sr. Paiva Gomes, pelo seu lado, de tal maneira viu e interpretou as mesmas *cifras* que, ora batendo no cravo ora na ferradura, tambem algumas horas esgotou para nos fazer acreditar... pouco mais ou menos a mesma coisa.

E, segundo ouvimos dizer, quando a comissão delegada dos representantes dos interesses economicos de Angola andou em *démarches*, nos Passos Perdidos, para que a discussão da proposta não fosse demorada, o sr. dr. Paiva Gomes, que já fóra ministro das Colonias e que Alto Commissário estivera para sêr, em sorrisos de incredulidade traduzia o seu pensar quanto ás aflições que a Colonia dizia padecer. Percebia-se bem que S. Ex.^a, no seu entendimento, presumia exageros castelhanos nas lamúrias... E abanava a cabeça, em movimentos de pêndulo *edgard-poesco*, fazendo arrefecer a espinha dos que lhe estavam a rogar uma temperança benévola na facundia.

Naturalmente se extranhou uma tal posição em quem tão perto se encontrara de timonar as prosperidades da Colonia, escolhido como competencia máxima pelo sinédrio do partido em que milita; e logo alguns comentarios, em surdina, se cruzaram:

— Ainda bem que recusou! — resmungou algum.

E, acto continuo, outra voz riposta: — Eis como tudo se explica... E' que, realmente, precisava de demonstrar ao parlamento e á Colonia despresada que não era a pessoa conveniente para o alto cargo que lhe queriam impingir, e vê-se bem que tinha razão. Ninguém, agora, lhe poderá levar a mal a recusa, porque obedecia á sua consciencia e, nos tempos de hoje, não pode haver maior virtude. Demorou-nos a proposta, — mas esclareceu-nos um mistério. Afinal, só pode merecer os nossos agradecimentos.

... Isto nos contaram! Será *blague!* — E' possível. Mas aqui a registamos pelo *sabôr* que tem.

A' margem duma conferencia...

Relataram os jornais, do dia 3 do mês corrente, que o illustre Governador de Macáu, sr. Dr. Rodrigo Rodrigues, numa conferencia realizada na séde do directório do P. R. P. sobre os *interesses portuguezes* naquella Colonia, fizera a afirmação de que ali procurara *apenas, através de tudo e contra tudo, uma coisa: prestigiar o nome de Portugal e o nome do P. R. P.*

Seria assim? — Nenhum desmentido a tais dizeres conseguimos lobrigar nos dez ou doze órgãos da imprensa que diariamente nos passam sob os olhos. E, sendo assim, se muito louvavel nos parece que, em Macau ou onde quer que a bandeira de Portugal flutue, se procure prestigiar o nome da Patria, muito condenavel julgamos, porém, que, *através de tudo e contra tudo*, se procure prestigiar *um partido*, que da Patria é uma fracção pequena,

quando as Colónias são pertença de todos nós.

Inquestionavelmente, os partidos políticos, seja qual for a sua cor, precisam que os seus homens mais representativos se interessem pela sua dignificação, para que dela colha benefícios o Regimen em que se alistam. Mas dentro da Metrópole, entendam-se bem!... Fôra dela, não poderá haver outra politica que não seja a nacional, —da Pátria e não dos corrilhos, ungião de belesa e prenhe de harmonia.

Limitou-se a fazer esta politica o illustre Governador de Macáu? — Infelizmente, não. De Macáu, *colónia portuguesa*, pretendeu S. Ex.^a fazer. . . Macáu — *colónia democrática*. Consequencia: — a agitação. E' S. Ex.^a, propriamente, quem dela nos dá noticia na sua conferencia, pondo em relêvo a campanha que na Colónia lhe está sendo movida. . . e que tambem na Metrópole o não poupa.

E acaso será assim, atendo lutas, que se pode *prestigiar* o nome de Portugal, ou mesmo o nome de qualquer das suas facções politicas? — Positivamente, não. Bem nos basta a desgraça que, nesta *casa de grilos*, já transformou o encanto da nossa casa. Não semeemos, nas Colónias, tempestades que lhes eram desconhecidas e que, pela sua violencia, lhes podem sêr fatais. Dentro delas, só deverão bater em unisono os corações que as servirem, combatendo pela mesma ideia e orientando-se pela mesma fé: — o engrandecimento da Pátria. Tudo que não seja guiar a alma por esta aspiração, fatalmente cavará mais fundo o descrédito em que nos vamos abismando, e as *aves de rapina* não cessarão de aproveitar os nossos erros para se irem aproximando dos bens que nos cobiam.

Macáu é pequenina, é!... Mas, assim mesmo, parece-nos grande de mais para se tornar, apenas, uma filial ou dependencia... de qualquer Centro partidario.

Uma revelação...

O Senador por Angola, sr. João Carlos da Costa, *deitou fala* no *Rebate*, em 17 do mês corrente, para varrer a sua testada ante uma arguição de *empata* que no Centro Colonial lhe fôra feita...

E foi, então, a primeira vez, depois de pronunciada a grave crise que Angola está sofrendo, que S. Ex.^a nos abriu a sua alma para que nela vissemos bem o grande amor em que se abraça pela Colónia que, ha trez anos, o elegeu.

Ficamos boquiabertos!... Desconheciamos, francamente, que tão devotado e garboso paladino tinha a desgraçada Angola no seu quasi ignorado senadôr. E se a casualidade dum incidente lhe não escancara a masmorra do peito, ainda hoje apenas distinguiríamos o sr. Carlos da Costa pela bizzaria da sua corrente de oiro — sem duvida a mais opulenta que nas duas casas do Parlamento provoca os olhares cubicos das galerias.

E, verdade, — verdade! — quando S. Ex.^a, na primeira reunião dos representantes dos interesses economicos de Angola, sobre o bico dos pés se ergueu para sacudir uma pétala de rosa que, levemente, lhe tocara na pele... como parlamentar que tambem é, convictos ficáramos de que a sua sensibilidade de *politico* era muito superior á que deveria têr como representante da Colónia-mártir, pois que nem mesmo soubera aquilatar o desespero, que determinara a reunião a que assistia, e a dôr, que, naturalmente, iria ali falar.

E enganamo-nos, porém... S. Ex.^a, afinal, t em prez Angola um tão sublimado affecto,

qua até se desatina quando uma pequena duvida lhe roça na paixão. E quem quer que o tenha suposto cego, surdo e mudo para as aflições inominaveis com que a Colónia se há visto a braços, decerto se emendará agora do ruim conceito e, piamente, ficará na creença de que, só por muito amar, foi que S. Ex.^a em figura decorativa se tornou, petrificando ante a ra-gédia que lá por Angola se estava desenrolando.

Agora, sim, ficamos conhecendo, por dentro e por fóra, o illustre senadôr...

Apenas lamentamos que o *Rebate* se tivesse esquecido de que as duas pessoas a quem o sr. Carlos da Costa, mais especialmente, visava na sua epistola rebarbativa, eram figuras prestigiosas do partido democrático, qualquer delas com relevantes serviços prestados á Republica como ministros de Governos scus, e absolutamente merecedoras de tratamento mais digno do que aquele que lhe foi dado pela *vassoura de trapos* que o Sr. Carlos da Costa utilizou... sujando-se ainda mais.

E se o *Rebate* duvida, pergunte ao Sr. senador por Angola se lhe pode garantir, sob palavra de honra, que procurou sêr escrupuloso em todas as afirmações que fez.

Pômo de discordia

O Sr. Ministro das Colónias, espirito de eleição e colonial de lei, que está opondo o dique do seu caracter nobre á onda brava dos politicantes que se arremessam em apetites caninos sobre os governos do Ultramar, dizpoz-se, firmemente, a repelir mais um assalto...

Era a India, — o último dos *três pômos de oiro* que no Oriente se vislumbra, — a fina iguaria que se disputava agora. Já Macáu e Timor haviam *caído no papo* de quem mais pêso tivera na balança partidária, que não no exercicio de funções ou no devotado estudo das questões coloniais. Apenas faltava aquele mimo, que seria pena deixar cair em bôca que, pelos pântanos, algumas vezes se tivesse enlodado a mitigar a sêde, ou em mãos que, anos e anos, pelos espinhos dos matos se tivessem ulcerado. *Fruta* daquela qualidade, só por *bico de papagaio* deveria ser trincada... e assim o re-olvera o Directório do P. R. P., que, sobrepondo-se á votação constitucional do Senado, desde ha muito passou a reger os destinos das nossas possessões do Ultramar. Recairá a escolha no sr. dr. João Camoesas... A que titulo? — Ninguém pode adivinhá-lo. Por mais que rebusquemos na memória os testemunhos da competência que aquele illustre deputado em si próprio achou para se arrojar direitos a figurar, em pintura a óleo, na galeria dos vice-reis, nada encontramos que o favoreça. O sr. dr. João Camoesas tem, no seu activo, alguns discursos interessantes, é certo; mas, espremidos todos, não se lhes encontraria sumo de sciencia colonial que bastasse para satisfazer... um passaro.

O que iria, então, fazer á India o sr. dr. João Camoesas? — Não o sabemos nós, nem êle o disse. Gosto de viajar? Curiosidade do espirito? Promessa feita a S. Francisco Xavier? Mistério...

...O certo é que, tambem como nós, parecia ignorá-lo o sr. Correia da Silva. E como sabe, por experiência própria, que a administração colonial é qualquer coisa mais que um simples *diletantismo*, inçada de difficuldades que não estão bem ao alcance dos miolos dum pequeno regedor, despedaçou, com mão decidida, a indicação que lhe fôra deixada entre os papéis da sua pasta e... optou por outro nome.

Não será muito mais digno do Governo da India o sr. Mariano Martins? — Parece haver no seu partido quem lhe queira contestar a superioridade que o sr. Ministro das Colónias nele reconheceu. Não sabemos, porém, como se possa esquecer que o sr. Mariano Martins tambem já Ministro das Colónias foi, tendo tido nas suas mãos a administração de todas elas e não apenas a de uma só.

Ser-lhe-há hostil a votação do Senado? Não nos espantaria, porque já nada nos espanta neste mundo. A nossa admiração anda a reservar-se para explodir no dia em que se der prova cabal de que... regressamos ao uso da razão.

Mais sangue...

Mais uma vez, luta de irmãos e sangue derramado... E, pela 22.^a vez, no curto espaço de 15 anos, o nome de Portugal gritado no estrangeiro como foco de indisciplina e de desordem, sem que tenha a ergue-lo, em contra-partida, a grandeza das referências que o nobilitem no campo da administração e do trabalho.

Venceu o Governo... Mas quererá isso dizer que tenha vencido a bôa razão? — Meditemos bem no atroz significado de todas estas revoltas, que hão ensanguentado o chão querido da Pátria. O que nos exprimem elas? — Que o desassocego existe. Que há opressores e oprimidos. Que há opiniões e direitos que se consideram postergados. Em suma: — que a acção dos governos tem sido de natureza a provocar a reacção violenta, gerando ódios que repetidamente desfecham no tumulto.

Será esta a vida que nos convem? — Não haverá alma de patriota que nos responda afirmativamente. E se se pensa que os governos se prestigiam apenas pela maior ou menor facilidade com que reprimem as sublevações, pavoroso engano será esse, porque não é a tiro que se dominam as almas nem jámais será pela força que hade sufocar-se o pensamento humano.

A cada revolta sufocada, ha-de succeder sempre, fatalmente, outra revolta... em preparação. São as paixões que se exacerbam. São os ódios que recrudescem São as scisões que se profundam.

...E, no fim, a glória dos vencedores jámais será mais bela que a derrota dos vencidos, porque aos pés dos dois, jorrando sangue de feridas, só ficará, como vitima suprema, o corpo da Pátria, que os dois fogos atingiram.

Não será assim? ...

Talvez nos digam que foi inoportuno o último movimento... Concordamos. De facto, o ministerio actual não conta delictos de facciosismo pêro, nem é réu de ofensas aos sentimentos nobres deste país. Parecia-nos, pelo contrário, um poder de equilibrio entre as correntes que se chocam, procurando atenuar a violencia do embate. Mas já não conseguiu evitá-lo... E foi lamentável; porque, naturalmente, crescerá em força o elemento que se pretendeu combater.

O que resta agora? — Lutar pela harmonia. Procurar a fórmula que restabeleça o socêgo nesta pobre terra intranquila e desvairada. Acabar com distincções malévolas entre o *povo* e a *grei*, lembrando-nos apenas de que os governos de Portugal são para sete milhões de portugueses e não sómente para qualquer das facções que dentro dele se degladiam.

...E essa será a unica luta que nos poderá conduzir a uma vitória certa e duradoura.



Angola

EM DEFÊSA DA COLÓNIA

BEM digno de registo é, nas páginas desta revista, que tão nobremente está cumprindo o patriótico programa que se traçou, o movimento iniciado pelos coloniais de Angola residentes na metrópole, em favor daquela pobre e rica colónia, rica nas suas imensas possibilidades, pobre na falta de afecto por parte daqueles a quem cumpre proporcionar-lhe carinhoso amparo.

De alguma coisa mais Angola é rica: de palavras, — em artigos, em discursos, em leis, — triste riqueza com que tem sido iludida, pois raramente as palavras se traduziram em factos úteis. Dêsse crime — que o é — mais ou menos somos todos reus; e bem preciso era darmos provas de estarmos dispostos a entrar no caminho das realizações práticas, para nos não ser negado o direito de possuírmos tão vasto país. Já lá vai o tempo em que era possível deter colónias, com afirmações palavrosas e com volumosa legislação. Hoje é preciso mais alguma coisa: — é preciso realizar, que de palavras está o mundo farto.

Efectivamente, não fazia sentido apregoarmos aos quatro ventos os nossos direitos sobre Angola e consentirmos que ha dois longos anos a colónia se estorça na mais cruciante, na mais angustiosa das crises, sem a sério darmos um passo para valer-lhe.

Porque Angola, para vergonha nossa, tem realmente estado abandonada á miséria em que a precipitaram. Declarada a crise, ergueram-se por cá muitos clamores em favor de Angola. Nos jornais, nas associações, nas entrevistas, nas conferências, não faltou quem impetrasse auxilio, nem tão pouco quem apresentasse alvitres. Mas, porque se esbarrou contra a insensibilidade dos poderes públicos, os clamores foram esmorecendo, a impetração foi-se desinteressando, os interessados foram-se adaptando... e entretanto a colónia foi seguindo na sua dolorosa agonia.

E como se Angola fôsse doente

sem cura, a abandonar por nós em breve, logo apareceram os abutres e os chacais a prepararem-se para lauto festim...

Grande crime estávamos praticando e dele nunca a História justiceira poderia absolver-nos.

Como que um arranco de pundo-nôr nos sacudiu. O brio, que nunca morre de todo em corações portugueses, impeliu-nos, após tantos mezes de vergonhosa inacção, a tentarmos um último esforço em prol do levantamento de Angola, e assim nasceu, e está em marcha, o movimento referido, de tão prometedores resultados, se a meio caminho não desfalecermos, confessando por tal forma a nossa impotência para conservarmos a parte mais bela do nosso dominio colonial.

Não sucederá assim, porque em nós ainda palpitam vívidas as nobres tradições do povo colonizador e as energias espantosas que geraram o Brasil. Espantosas, digo, porque só energias sobrehumanas permitiriam a um povo pequeno como o português, erguer um império como êsse que hoje, além-atlântico, atesta ao mundo o muito de que somos capazes.

Padecemos, porém, de desfalecimentos, provocando paragens na nossa acção, que podem ser mortais, nestes tempos de ambições sem limites, de vorazes apetites, pouco dispostos a respeitarem direitos alheios, que não sejam alicerçados numa obra capaz de impôr-se pela sua grandesa.

Estão interessados no movimento, todos quantos por qualquer modo se encontram ligados a Angola; patentes estão os prejuizos causados pela inércia de que a colónia tão prontamente se queixa; evidentes são os perigos que impendem sobre ela, sobre o país, se não soubermos arcar com as responsabilidades e os encargos que a manutenção de tão consideravel dominio impõe. Assim, por dever de consciência e por inte-

resse, não é de crêr que não saibamos manter-nos á altura do papel que nos incumbe desempenhar na grande obra do desenvolvimento de Angola.

Os coloniais hão-de integrar-se cabalmente nessa obrigação e nunca mais se tornarão reus da culpa de ficarem pouco menos de impassíveis, assistindo a males como os que agora estamos tratando de remediar. Para tanto, não faltará o organismo proprio a chamá-los oportunamente ao cumprimento do dever.

Mas, para ser completamente eficaz a acção dos coloniais, é indispensavel que o apoio moral e material da Colónia lhes não falte, compenetrada, pelos resultados já obtidos, da enorme vantagem de ter na Metrópole quem permanentemente advogue os seus interesses. E mais é preciso: — que todos os portugueses, conhecendo Angola apenas atravez do que lêem ou ouvem, se persuadam tambem de não ser mera figura de retórica a expressão — *o futuro de Portugal está nas Colónias*, porque delas, efectivamente, é que o país pode esperar o muito que lhe falta e paga ao estrangeiro em bom oiro, quando lhe é facil grangeá-lo em terra sua; e tambem que os poderes públicos se convençam de não ser só com leis que as colónias se governam, pois para produzirem o muito de que são susceptíveis, tem de se gastar nelas muito dinheiro, muitas energias e não regatear-lhes auxilio quando o peçam.

Reincidir no erro de jugir ao cumprimento deste elementar dever de assistência, alegando não têr a Metrópole culpa da má administração deste ou daquele governo local, é confessar abertamente a incapacidade de que o estrangeiro voraz nos argue.

Não é possível colher sem semear. Não se forma um país, sem praticar muitos erros, estragar muito dinheiro, cometer, emfim, muitas faltas. Sempre assim foi e será, em todos os tempos e em todos os povos. Simplesmente, como somos pequenos e

pobres — por não aproveitarmos as nossas riquezas — ha que sermos mais cautelosos.

E lembrem-se os homens públicos, da Metrópole, de que lhes não sobra autoridade para verberarem os erros de administração das Colónias.

Cumpramos todos o nosso patriótico dever: os coloniais, tornando cada vez mais forte o movimento ha pouco iniciado; e os homens da Metrópole, dando satisfação ás justas reclamações das Colónias. Assim salvaremos Angola, assim engrandeceremos Por-

tugal, que occuparia um lindo lugar entre as nações, se á sua frente não faltasse um pouquinho de bom senso...

Abril, 20 de 1925

M. DE MESQUITA.

Colonisação de Mossamedes e mão de obra

I I I

FICOU então estabelecido em Mossamedes o regimen do trabalho da seguinte fórma:

Todo o indigena do concelho de Mossamedes era obrigado a occupar-se em qualquer trabalho, escolhendo á sua vontade o seu patrão. Os da industria da pesca, tendo a sua matricula na Capitania, eram os unicos por um ano a servirem o mesmo patrão; mas, terminando esse prazo, uns e outros procediam livremente, devendo avisar o patrão com um mês de antecedencia e podendo estar apenas 4 dias sem patrão. As autoridades fiscalisavam o procedimento dos patrões e serviçais, no que dizia respeito aos seus contratos, todos verbais e sem a sua intervenção.

Em fins de 1914, veio o actual regulamento do trabalho, que não foi posto logo em execução, porque as autoridades estavam occupadas com a guerra do sul, para a qual todas as atenções eram poucas e a que se dedicava todas as horas de serviço.

Durante o ano, alguns indigenas dos que tinham vindo recentemente do interior, terminavam os seus contratos, e era necessário substitui-los para os mandar regressar ás suas terras, quasi todos da região revoltada do Cunene.

Alguns industriais trataram de novo angariamento e, na impossibilidade de recrutarem na Huila, foram para Benguela, Novo Redondo, Huambo, etc., mas nada conseguiram, porque a Coluna tudo absorvia e os indigenas não queriam vir voluntariamente para o sul, com receio de serem empregados na guerra.

Exposta a situação ao Governo Geral, foi determinado que se considerassem prorogados, até á normalisação do sul, os contratos anteriores.

Nesse regimen e com esta orientação regularam os industriais e agricultores a sua vida. O indigena deveria ser levado ao trabalho *por meios suasórtios, mas que convençam* (1), e as autoridades deveriam promover os recontractos.

Chegados a fins de 1915, foi necessário pôr em execução o regulamento

de 14 de Outubro de 1914, não sem difficuldades, pois que a mão de obra escasseava, obtendo-se apenas indigenas esfomeados, esqueléticos, que nunca tinham sabido o que era trabalho e que vinham á Vila Arriaga e ao Lubango, onde foram angariados, simplesmente levados pela fome que os atormentava.

Grande número de indigenas antigos de Mossamedes («quimbares») tinham-se retirado para o interior, com receio de serem aproveitados como carregadores das forças em operações.

Poucos patrões fizeram os seus contratos com intervenção da autoridade, e compreende-se que fugissem a isso, porque tal contrato não lhes dava a menor garantia e sómente aumento de despesa. Contudo, foi importante o movimento de serviçais em janeiro de 1916, como se vê do quadro seguinte:

	Mossamedes	Porto Alexandre	Tigres	Total
Serviços marítimos e pesca ..	1995	382	248	2625
Serviços agricolas	1297	520	—	1817
Serviços diversos	930	92	34	1056
Total	4222	994	282	5498

o que representa um desembolso de cerca de Esc. 66 000\$00 de entrega em despesas de angariamento, premios de recontractos, imposto de cubatas, etc., para os quais, só a pesca, concorre com Esc. 32.000\$00, ou quasi 50 %.

*

As disposições tomadas sobre a mão de obra, parecendo as necessarias, estavam longe de satisfazer.

O problema do trabalho indigena em Mossamedes, apresenta-se com uma feição um pouco diferente do resto da provincia, e que é uma consequencia das condições da colonisação do sul, que teve a sua caracteristica especial.

Ao passo que a colonisação do Norte-Congo até ao Dombe—teve o caracter comercial, com as feitorias, os presidios, as feiras, e o negocio da escravatura, com jesuitas e outros negreiros, á do sul imprime-se-lhe a feição essencialmente agricola, com o povoamento pela raça branca, em uma região onde se sabia que a raça negra era escassa, impropria para o trabalho agricola e dedicando-se exclusivamente á creação de gados.

Os primeiros agricultores das Hortas (1839), trouxeram os seus escravos e libertos de Loanda, e á primeira colónia agricola de Pernambuco foram fornecidos libertos; e isto apesar de se saber que havia no interior, e até nas margens do Giraol, pretos mucuissos e mundombes estabelecidos.

Era a reprodução do Brazil, não de D. João III, com o exterminio dos indios, mas do Marquez de Pombal, com a liberdade dos nativos locais, e a mão de obra assegurada pela importação, que se permitia.

Assim se fundou Mossamedes, que, enquanto as circunstancias da concorrência o permitiu, manteve a sua feição essencialmente agricola, com os mesmos productos do Brazil,—a cana, o alcool, o assucar, o café e o algodão—muito embora, e a par dessa exploração agricola, se fosse desenvolvendo a industria piscatoria, que mantinha, contudo, a mesma caracteristica de povoamento, occupação e expansão da raça branca.

A agricultura definhou-se, mas ficou a orientação agricola e ficou mais: ficou o *facto*, ficou a propriedade e titulo representado no registo da conservatoria, ficou a *razão de ser da colonisação*.

A agricultura de hoje não tem valôr algum economico. Os agricultores perdem dinheiro—todos os anos e as propriedades não lhes dão para o sustento dos indigenas que empregam, comtudo sustentam-nas e sacrificam-se em mante-las, porque, são as propriedades que representam os titulos justificativos das suas fortunas.

Com os indigenas, que os primeiros

colonos trouxeram, e com outros que, sucessivamente, se foram trazendo de pontos distantes, formou-se a população de *quimbares* de Mossamedes e, apesar da tal terrível escravatura em que viviam, eles iam constituindo família, mas já sob a forma europeia da monogamia, grande numero deles efectuando o seu casamento na igreja e todos batizando os seus filhos, até mais do que uma vez.

A vida da mulher *quimbar* era e é bem diferente da mulher indigena, que vive nos sobados do interior e, daí, o facto de muitas destas, principalmente muhumbes, virem para Mossamedes, onde encontravam logo marido e uma vida diferente e bem mais livre.

Todos tinham patrão—ou dono, se quizerem chamar-lhe assim— e todos tinham a obrigação do trabalho, com uma pequena remuneração em dinheiro.

Viviam, talvez, num regimen de vigilância activa. Se as autoridades quizessem, um dia, cumprir com os seus deveres, essa vigilância não deveria ser menor; mas nunca quizeram: delegaram nos patrões o seu direito, com o grave inconveniente de não evitarem, nem punirem, os abusos destes. E, quando, um dia, quizeram exercer esse direito, não se preocuparam senão com a parte do mando, com a manifestação da força e com a preocupação da obediência humilhante do patrão, e, esquecendo que estes, além da vigilância, tinham

a seu cargo a assistencia e tinham feito uma população, foram-se á obra que levou 75 anos a edificar e esfacelaram-na por intermedio de uma comissão que o publico, então, denominou do «escangalha», pela intuição do facto e sem talvez sentir bem o que se escangalhava.

As medidas tomadas em 1913, tendo trazido para o patrão o aumento de despesa em angariamento e salarios, levou-o a exigir do indigena, como compensação, uma maior quantidade de trabalho produzido, de que resultou o aumento da produção de peixe seco.

Mas, essas medidas, tirando ao patrão o poder sobre o preto, dispensou-o da obrigação da assistencia; e o indigena, ancioso do goso da liberdade, abandonado á sua acção livre, foi, em parte, ou experimentar as delicias da vida do mato, ou procurar trabalho, muito bem remunerado, noutros pontos da provincia, e até no Congo Belga, para onde foram os nossos melhores artistas.

E' preciso fixar estes naturais de Mossamedes, *quimbares*, procurando aumentar o seu numero e formar com eles a população propria, onde os industriais vão buscar os arrais e mandadores dos seus barcos e das suas pescas e os escaladores do seu peixe; os agricultores, os seus caseiros; as oficinas, os seus artistas; e os particulares, os seus domesticos; mas sem serem contratados e deixando-os procurar livremente a profissão e

dentro desta, o individuo que quizerem servir, porque não querem ser, e não o são na verdade, indigenas conforme os define o regulamento do trabalho, mas antes um preto de relativa civilização, com habitos muito diferentes do costume das raças indigenas.

A emigração destes pretos e o contracto dos seus serviços para fóra de Mossamedes, devem ser dificultados por alguns anos, e deve ser exercida sobre eles a mais rigorosa vigilância para evitar a vadiagem, nos termos em que ficou estabelecida em 1913.

Se isto se não fizer, se ingenuamente acreditarmos na mascara hypocrita da filantropia, que encobre os rictus hediondo do interesse economico e nos deixarmos ir na onda do anti-esclavagismo, acusando-nos publicamente de crimes que eram sistemas da época e dando a impressão de que ainda hoje os seguimos, legislando de forma a tornar o patrão escravo e a impedir todo o desenvolvimento industrial ou agricola, em pouco tempo essa população negra, de bons operarios, feita e educada pelo antigo patrão de Mossamedes, e para que o estado não concorreu com um mestre, numa oficina ou uma escola, desaparecerá e, com ela, a industria de Mossamedes, que não pode viver da obrigação do indigena trabalhar três meses em cada ano, na época em que mais lhe convier.

(Continua).

ALFREDO FELNER.

COMPANHIA DO AMBOIM

Séde — Rua dos Correeiros, 70.

LISBOA

Representação em Angola, Loanda, Benguela
e Porto Amboim

Explorações Agricolas no Amboim, Hanha
do Norte (Lobito) e Bailundo

Concessionaria do Caminho de Ferro do Amboim

Telegramas

CAPA

COMPANHIA



**AGRICOLA-PECUARIA
DE ANGOLA**

SOCIEDADE ANONIMA DE RESPONSABILIDADE LIMITADA

ANTIGA SECÇÃO DE CEREAS DO

Fomento Geral d'Angola

CULTURA DE CEREAS

CREAÇÃO E APERFEIÇAMENTO DE GADO

INSTALAÇÕES

EM

LOANDA, BENGUELA, HUAMBO, LUBANGO,

CALULO, CHINGUAR, LUIMBALE, ANDULO, QUIPUNGO, CHIBIA, GAMBOS etc.

CAPITAL E^{sc} 9000:000\$00

SEDE EM LISBOA: Rua dos Fanqueiros 12, 2^o

TELEFONES: C^o 480 e C^o 970

Telefone: 2249-Central

Endereço telegrafico:

Lisboa — GENGUBA

Loanda — FUBA

Dondo — COCONOTE



Beltrão, Pena & C.^a

LIMITADA

Generos Coloniais

LOANDA

DONDO

e

LISBOA

Rua Madalena, 66-I.^o

RICARDO PIRES & C.^A

LISBOA

RUA DA GLORIA, 7, I.^o D.^{to}

End.^o tel.^o — Amendoense

AFRICA

Loanda—Caixa postal 338

End.^o tel.^o—Tabacos—Silvares

INDUSTRIAL FRIGORIFICA

Fabrica de Gelo e Refrigerantes — (Fornecimento de gelo, a vapores e de peixe congelado, na linha ferrea Loanda-Malange)

EMPRESA DOS TABACOS DE ANGOLA

Fabrico mecanico aperfeiçoado de picadas, cigarros e charutos

IMPORTADORES

SERRALHERIA MECANICA

EXPORTADORES

Societarios
de:

Elias & Pires, Ltd., em Lucala—com filiais de permuta nas regiões de café.
Sociedade Agricola e Industrial de Camoma, Ltd.—(Agricultura).
Empresa Pecuaria do Rio Tapada, Ltd., no Lobito e Egito—(creação de gado e cultura d'algodão e palmares).
Machado & Ricardo nos Selles — (Cultura de Palmares).

O SEU MOTOR EXIGE **Spidolêine** O OLEO QUE LUBRIFICA

Cabo-Verde

ABUSOS A CORRIGIR...

DE volta a São Vicente, onde cheguei a 23 de Janeiro último através pela saudade e pelo desejo de gosar algum tempo desta bela temperatura, quero de fugida dar á «Gazeta das Colónias», que tanto se tem interessado pelo desenvolvimento do nosso Património Colonial, um pequeno relato das impressões que recebi e do que pude recolher como resultado das minhas observações e investigações.

Começarei por dizer que logo á entrada uma grande desconsolação se apossou de mim. Bastaram poucos instantes para eu constatar que durante a minha ausencia, que foi de 8 meses, São Vicente ganhou caminho nessa descida que vai dar, ao cabo, em ruína, mercê do desleixo e abandono a que, de ha anos a esta parte, foi votada. O seu porto, este belo Porto Grande, um dos melhores do mundo e porventura do Atlantico, em volta do qual gira a Provincia toda, outróra coalhado de navios e vapores, tem hoje a vida triste de moribundo que aguarda o golpe de misericórdia. Metido entre dois fogos — Canarias e Dakar — que previdentes generais comandam, esta carcassa em que a natureza, com mão prôliga, acumulou todos os elementos necessários á mais invejosa situação, vai metendo agua por todos os lados e se não a acódem a tempo e a horas, dentro de pouco, mais não haverá que a recordação da sua morta opulência e, no coração de seus bons filhos, o despreso por aqueles que, faltando á sua missão, a conduziram ao abismo.

Anos atrás São Vicente era visitado diariamente por uma média de 10 vapores, entre os quais 2 a 4 com 800 a 1.500 passageiros cada um. Então, Canarias e Dakar eram, na rota da navegação portos quasi sem nome. Hoje, a situação é positivamente inversa: S. Vicente não tem uma média superior a 3 vapores por dia e de passageiros só pôde contar, certo, com um por mês da Companhia Nacional de Navegação!! Simplesmente descalador!! E mesmo estes três vapores, na sua quasi totalidade de passagem

da America do Sul para a Europa, só entram em S. Vicente para receberem a menor quantidade de carvão, o estrictamente necessário para chegarem ás Canarias onde se atestam desse combustivel, que é ali vendido por preço inferior, porque ali não ha monopolio e só assim se compreende que o carvão não seja em S. Vicente vendido pelo mesmo preço das Canarias, onde a mão de obra é muito mais cara do que aqui.

Por intermedio da «Gazeta» já tive occasião de, por mais de uma vez, expôr as causas do retrocesso de S. Vicente e outras tantas apresentar remedios para tão grande mal. A repetição de umas e outras seria fastidiosa, nem eu quero abusar da benevolencia que o seu jornal me vem concedendo.

Como é sabido, o carvão é vendido em S. Vicente por três casas inglesas, que aqui se estabeleceram ha muitos anos e ha outros tantos anos veem muito comodamente usufruindo as vantagens da situação que com tanta arte criaram, convertendo o negocio do carvão em um monopolio de facto, porque são três casas, mas uma só

Os medicamentos «Sanitas» obtiveram na exposição do Rio de Janeiro, a mais alta classificação—O Grande Premio.

verdadeira. Bem se importam elas que a navegação deixe o nosso porto para ir a Canarias e Dakar, onde teem as suas sucursais!!

E' absolutamente necessário que em S. Vicente se venda o carvão pelo preço das Canarias; é urgente, inadivél, imperioso, que se desfaça o desaforo do monopolio, causa máxima do marasmo em que vive S. Vicente. E o arregaño com que eles defendem o monopolio, um pouco confiados na protecção do seu governo? Não vem longe o dia em que se fará vér ao Governo da nossa velha aliada que as três casas carvoeiras não merecem a sua protecção porque só dela se servem para encher os seus cofres, em detrimento dos interesses, da vida, de uma Colónia inteira.

Não! O governo inglês não tem conhecimento do que se es'á passando aqui, porque se o tivesse certamente não continuaria dispensando protecção a esses monopolistas contra uma colónia pobre de uma nação que, através de tudo, bastas provas lhe tem dado da sua leal amizade.

Várias Companhias teem tentado estabelecer depósitos de carvão aqui para fornecimento á navegação; mas essas tentativas são frustradas, porque o Governo inglês acóde logo a chamar a atenção do nosso governo e este, sempre fiel á sua aliada, cede desgraçando o seu melhor porto e desgraçando a mais portuguesa de todas as nossas colónias...

Mas, repito, é que o Governo inglês está sendo iludido pelos seus protegidos, que abusam dos favores que dele recebem sem a menor consideração pelos interesses da terra que tão hospitaleiramente os recebe e os trata. Antigamente havia, ao menos, á frente dessas casas «managers» que, pelo seu fino trato, conseguiam captar as simpatias e até as amizades dos nacionais. Quem esta local escreve viveu aqui dezenas de anos ainda no tempo que eram «managers» John Miller, Langdon, Le Portier, Morguin e Smallcomb, verdadeiros «gentlemen» que tinham a maior consideração e estima pelos portugueses e com estes se confun-

MANTUA, Ltd.



29 a 37
Calçada de S. Francisco
LISBOA

diam quando o interesse local assim o indicava.

Em janeiro ultimo, quando aqui cheguei, encontrei a população irritada contra a estulta pretensão de uma das casas, que quiz fechar, murando, boa parte da cidade, chegando a formular a sua pretensão em requerimento dirigido á Camara Municipal e alegando que os tais terrenos lhe pertenciam por aforamento de ha mais de 50 anos, não aproveitados até agora! Mas, murado ou sem muros, quem tiver que fazer obras na cidade e principalmente na zona marginal, tem de haver-se com as tais casas carvoeiras, que se dizem donas de todos os terrenos que foram pedidos ha dezenas de anos com o pretexto de que desses terrenos careciam para as suas instalações; porém, o ficto era e é outro: evitar a vinda de concorrentes, que poderiam furar o monopólio. O Governo tem feito Decretos, portarias anulando todas as concessões não aproveitadas, mas eles não acatam as nossas leis. E' preciso e urgente que de uma vez para sempre se arranque aos ingleses todos os terrenos que ilegalmente deteem, cujas concessões, pelas leis do nosso País, estão caducadas, leis que forçosamente tem que respeitar e acatar.

Ha pouco, veio amarrar aqui o cabo submarino italiano e escolheu um descampado para construir as suas instalações; é claro que appareceu logo uma casa inglesa dizendo que o terreno lhe pertencia!!! A Companhia Italiana, que não queria demoras com uma questão judicial, preferiu pagar umas tantas centenas de libras, e a casa inglesa vendeu uma coisa que não lhe pertencia, porque a concessão, que lhe dava direito a esses terrenos, é de muitos anos e deve ter sido anulada por não ter sido aproveitada; e no entretanto foram recebendo o dinheiro, porque era para um cabo submarino, mas, se fosse para outra applicação contraria ao ridiculo e abusivo monopólio, saberiam pôr entraves.

Represento esta Colônia no Senado da República ha 14 anos; tenho bradado constantemente para que o Governo olhe com atenção por ela; continuo pugnando pelo seu desenvolvimento e, deste logar, mais uma vez me permito chamar a atenção de nacionais e estrangeiros para a conveniencia que ex ste em estabelecimento de novos depósitos de carvão nesta ilha e na Praia, podendo a todos asseverar que existem muitos terrenos adequados e ofereço-me gratuitamente a todos que quizerem servir-se

do meu préstimo para indicar esses terrenos e tratar junto do Governo da respectiva concessão. Ofereço-me gostosamente com o unico intuito de prestar serviços á minha terra, que a todo o transe precisa saír deste jugo em que se debate e quem me quizer procurar pôde fazê lo do mez de Maio em diante no Palacio do Congresso da Republica em Lisboa.

Conheço toda a correspondencia official sobre concessões para depósitos de carvão em Cabo Verde, porque, quando a casa Blandy Brothers & C^o requereu uma concessão em S. Vicente, fui eu que tratei dessa concessão, que foi feita, mas não foi utilizada porque mais uma vez venceram os ingleses, para conservarem o seu monopólio.

Da minha cadeira de Senador da Republica, darei conhecimento ao Governo do meu País desta exposição e certamente ela vai chegar ao conhecimento do Foreign Affairs no Whitehall em Londres, para que saiba que não tem direito de, com uma proteção imerecida, aniquilar uma Colônia da sua Aliada.

São Vicente, 1 de Março de 1925.

AUGUSTO VERA CRUZ.
Senador por Cabo Verde

P. Santos Gil, Limitada

Importadores de Material Telegrafico e Material Ferro-Viário de toda a espécie:
LOCOMOTIVAS, ZORRAS AUTOMÓVEIS, CARRUAGENS, TRACTORES AGRICOLAS, ETC.

Conserva stocks permanentes para entrega imediata

FABRICANTES | *Koppel Industrial Car & Equipment Co., Ltd.*
Pennsylvania Car and Manufacturing Comp.^a

Secção de construções

Ladrilhos e Azulejos em lindos desenhos e cores Muralo «Murite», preservativos de madeiras em variadas cores, telhas e chapas de asbestos, etc., das melhores marcas.

Secção de Madeiras

Possuimos em armazem, para entrega imediata, madeiras da Provincia das melhores qualidades, em pranchões, barrotes e taboas, assim como travessas para caminhos de ferro, paus para minas, etc.

Secção de Productos

Compramos e exportamos toda a qualidade de productos da Provincia, tais como: Milho, Mapira, Copra, Ameudoim, etc.

Estancias e Armazens Alfandegados ao Kilo metro 1 para Deposito de Mercadorias.
Officinas de Serração, Fabrica de Mobiliars Portas, Janelas, Aros, etc. movidas a Electricidade.

TELEFONES | Escritorio 400
Estancia 493

LOURENÇO MARQUES



Macau

O problema do abastecimento de água

Entendeu a Direcção de Obras Públicas de Macau — e muito bem — que não devia deixar no olvido o importantíssimo esforço realizado para se dotar a cidade com os reservatórios de água de que estava carecida para os seus usos de higiene e de alimentação, e, num volume de 372 paginas, compendiou todo o processo que dizia respeito aos estudos e trabalhos efectuados, assim organizando um documento honroso da nossa actividade naquela longínqua possessão.

Da sua INTRODUÇÃO, firmada pelo distinto engenheiro sr. Adriano Augusto Trigo, transcrevemos nós o interessante relato da forma como foi encarado e resolvido o importante problema:

PARECE que está finalmente resolvido o problema magno do abastecimento de água á cidade de Macau que de velha data constitue uma das mais legítimas e justificadas aspirações dos seus habitantes.

A causa que até hoje se tem oposto á realização deste melhoramento urbano que é, por assim dizer, a pedra basilar do vasto plano de saneamento da cidade, em que ha proximaamente trinta anos se vem trabalhando, foi por muito tempo atribuída á possibilidade de se obter dentro da península a água suficiente para abastecer a enorme população da cidade que, segundo o último censo, se eleva a um total muito aproximado de 77:000 habitantes.

Nem Abreu Nunes, nem Miranda Guedes, dois illustres ornamentos da engenharia portuguesa que por aqui passaram e aqui deixaram firmados os seus nomes em obras de valor que tem transformado este pequenino torrão da nossa patria, outrora insalubre, num verdadeiro sanatório do oriente, como outro não consta que exista, abordaram o grande problema do abastecimento de águas, certamente porque outros melhoramentos de não menor importância prendem as suas atenções.

A ambos se devem as mais importantes obras de saneamento que nas três últimas décadas se tem reali-

zado em Macau, umas visiveis, como são as belas avenidas e as espaçosas ruas que rasgando a velha cidade e os seus arredores em todas as direcções arrasaram habitações imundas e extinguiram verdadeiros pantanos, outras invisiveis, por se acharem enterradas, como são as que respeitam á drenagem do subsolo e á limpeza das ruas e das canalizações, obras que ao segundo daqueles técnicos merece uma desvelada atenção.

Nenhum deles se occupou do problema das águas, que é o complemento indispensavel da grande obra que iniciaram, talvez porque não tiveram tempo nem dispuzeram de recursos para o fazer, ou ainda, porque anteviram as dificuldades que teriam em conseguir a aprovação de um plano geral de obras de um elevado custo pelas estações competentes do ministério, onde até ha pouco se concentravam todos os serviços de obras publicas desta colónia, com grave prejuizo pos mesmos.

Outras razões não podiam existir porque o problema não apresentava dificuldades técnicas que aqueles illustros engenheiros não soubessem resolver, como em 1908 o demonstrou outro não menos distiuto engenheiro, o sr. General Castel Branco, já falecido, no ante-projecto que então elaborou em que estabeleceu as bases a que deveria subordinar-se o plano geral do abastecimento da cidade.

Se até aquella data alguém podia ter dúvidas sôbre a possibilidade de se fazer o abastecimento desejado com os proprios recursos da península por não terem aqui sido feitos quaisquer estudos ou ainda simples tentativas de pesquisas de água, essas dúvidas deveriam ter-se dissipado depois que no referido ante-projecto se traçaram as linhas gerais dentro das quais se continha a solução procurada.

O problema foi, de facto, pôsto em equação por aquele técnico, de um modo geral e indeterminado, é certo, mas em condições de poder fornecer mais uma solução, devendo por estudos ulteriores escolher-se a

que melhor se harmonizasse com os recursos económicos da provincia e a que oferecesse maiores garantias de uma rápida execução das obras esses estudos indicassem como mais convenientes.

Não faltaram recursos a partir dessa data para a execução de importantes obras, como claramente o demonstram as dotações orçamentais dos últimos anos em que se inscreveram avultadas verbas com destino ao abastecimento de água potavel á cidade; não obstante, nada se dispendeu por não haver estudos nem orçamentos de quaisquer obras devidamente elaborados e aprovados a que podesse dar-se execução. Algumas obras de abastecimento de água salgada se fizeram no entanto, a partir do ano de 1911, subordinadas áquele ante-projecto, como sejam a construção de um reservatório com a capacidade util d' 1:500 metros cubicos situado na colina da Guia na altitude de 80 metros, e a respectiva rede de distribuição, que, não obstante se achar muito incompleta, já mede uma extensão aproximada de 13 quilómetros.

Essas obras especialmente destinadas ao abastecimento de água para usos públicos de limpeza das ruas e das canalizações da rede de esgoto, bem como para o serviço da extinção de incêndios, conquanto já venham prestando um optimo serviço de que tem resultado uma consideravel melhoria nas condições sanitárias da cidade, estão muito longe da sua conclusão, porque não se acham em condições de fornecer á cidade senão uma pequena parte da água que pelo ante-projecto referido lhe foi destinada.

Está prevista a construção de outro reservatório, com a capacidade de 4.500 metros cubicos, na altitude de 54 metros, destinado a abastecer a zona baixa da cidade, que se estende até á cota de altitude de 12 metros, porque o de 1:500 metros cubicos era primitivamente destinado ao abastecimento da zona alta; mas até agora não se construiu senão este que está situado na encosta occidental da referida colina, e vem ser-

vindo toda a canalização da cidade, sem distinção de zonas, com a água elevada por duas potentes bombas estabelecidas na oficina das maquinas elevatorias situada á beira-mar, na praia da Guia, nas proximidade da «Vila Leitão».

Podé cada uma dessas bombas, que primitivamente eram acionadas por electricidade e hoje trabalham a vapor, elevar 180 metros cubicos de água por hora á altitude aproximada de 80 metros, prevendo-se que com mais uma bomba da mesma potencia será possível, trabalhando sómente durante 10 horas por dia, elevar aos dois citados reservatorios o total de 6:000 metros cubicos que corresponde mais ou menos a uma média de 120 litros diários por habitante, hipótese em que o illustre autor do referido ante-projecto baseou os seus calculos e previsões sóbre o abastecimento da cidade com água do mar especialmente destinada aos usos municipais já indicados, bem como aos consumos industriais ou domesticos que não exijam o emprego de água doce.

E' certo, porém, que as bombas não elevam hoje diariamente senão uma diminuta quantidade de água, que em média não excede a 600 metros cubicoa, por razões de ordem económica, visto que não produzindo receita alguma este serviço, e sendo mal fiscalizada a distribuição de

água, que é feita gratuitamente, houve necessidade de restringir a poucas horas por dia o trabalho das maquinas elevatorias para evitar as grandes despesas que ocasionava um serviço em tais condições.

E' um abastecimento muito incompleto, feito em condições económicas e administrativas que não se recomendam, mas que nem por isso deixa de vir prestando um grande serviço á cidade, podendo ser consideravelmente melhorado dentro de pouco tempo logo que a Direcção das Obras Publicas a cargo de quem está a parte técnica referente ao estudo e á construção das obras possa dispor de tempo e de pessoal para levar a cabo o respectivo projecto.

A despesa até aqui feita com estas obras atinge muito aproximadamente a quantia de 300:000 patacas, sendo presentemente de 13:000 patacas, muito aproximadamente, a verba que anualmente se dispende com os serviços de elevação e distribuição de água salgada.

Para concluir as obras previstas no referido ante-projecto terá de gastar-se ainda, calculo eu, porque não ha orçamentos feitos, uma soma não inferior a \$400:000, ou mesmo mais, atenta a carestia que nos ultimos tempos se vem manifestando tanto na mão de obra como nos materiais de construção.

Será possível, no entanto, com um conveniente sistema de administração, que hoje não existe nem pode existir emquanto aquele serviço se mantiver descentralizado como se acha, reduzir muito consideravelmente as despesas de elevação e distribuição, assim como tambem se me afigura possível e se torna indispensavel como medida económica, promover uma larga distribuição desta água applicando-a não só aos usos publicos a que pelo projecto se destina, mas tambem ao consumo dos particulares, como água para limpeza ou para usos industriais, cobrando-se dos mesmos, como se faz em toda a parte, uma soma proporcional ao consumo, com o que deverá obter-se uma importante receita que até certo ponto compense as despesas de exploração que já hoje são enormes e prometem agravar-se consideravelmente se não se tomarem as medidas económicas que ha muito se reconhece serem indispensaveis.

Este plano, que foi concluido em 30 de Junho de 1920, e desde logo entrou em execução, não representa mais do que o inicio de uma série de outros de maior importancia que sucessivamente foram elaborados e que hoje se acham em plena execução, devendo conduzir dentro de pouco tempo ao desejado abastecimento de toda a cidade com boa água potavel.

Santos Machado & C.^a, L.^{da}

Comissões e Consignações

Importadores e Exportadores para Africa e Brazil. Representantes dos principais centros fabris, nacionais e estrangeiros

Rua do Bomjardim, 345—PORTO—(PORTUGAL)

Endereço telegrafico: SAMALI — Telefone, 2482

Agencias em: CABO VERDE -- Praia, S. Vicente e Ilha do Fogo. -- GUINÉ -- Bissau e Bolama. -- THOMÉ E PRINCIPE -- S. Thomé. -- ANJOLA -- Loanda, Ambriz, Milanga, Benguela, Mossamedes e Sá da Bandeira (Lubango). -- AFRICA ORIENTAL -- LOURENÇO MARQUES -- Manjacaze.

Aceitam agentes onde não os tiverem.



Mozambique

As missões católicas nas nossas colónias, são o principal elemento de civilização, e colonização

SO quem, como nós, nas colónias tenha passado o melhor tempo da sua vida, trabalhando e lutando, dando-lhe o valioso concurso para o seu desenvolvimento, ou quem aos problemas colónias, tenha dedicado aturado estudo, é que está apto, a saber e conhecer, quanto as missões católicas teem feito para consolidar o nosso imperio colonial, e dizer bem alto, a todos, que a bandeira, simbolo da nossa querida patria, e a cruz, andaram sempre unidos, e que, hoje mais do que nunca, é preciso opôr uma resistência inergica, e proficua, á acção desnacionalizadora das missões estrangeiras.

A história, a grande mestra da vida, diz-nos, nas páginas brilhantes e immerdouras das nossas descobertas e conquistas, que a cruz vermelha de Cristo, flutuava, ufana, na verga mais alta das nossas caravelas, como hoje nas azas dos nossos aviões, e acompanhou sempre as acções bélicas, que se travavam após as descobertas e conquistas de todos esses territórios, que fizemos, «por máres nunca de antes navegados.»

Ao lado do marinheiro e arcabuzeiro, ia o jesuíta, missionário, amortalhado no seu humilde habito, tendo no peito a cruz do Nazareno; porque, era necessário suavisar as amarguras e horrores, que os povos dominados sempre sofreram pelos conquistadores, e ajudar a bem morrer aqueles que, pelo serviço da sua patria, davam a vida.

Junto com os nomes imortais de Vasco da Gama, Alfonso de Albuquerque, D. Francisco de Almeida, D. João de Castro, pronunciavam-se os de S. Francisco Xavier, de Antonio de Andrade, de Vicente de Lage, e outros.

Outrora, como hoje e como sempre, ao missionário se devem relevantísimos serviços, alguns de tanta importância, apesar de não conhecidos, como os que podiam resultar de grandes guerras. Por esses sertões fóra, sofrendo com uma resignação

puramente evangélica toda a qualidade de inclemências, — fome, sede, roídos pelas febres, muitas vezes trucidados, acudindo sempre, aonde a sua presença julgavam ser mais necessária, — quantas sublevações e quantas rebeldias, por eles não foram dominadas apenas com o seu prestigio?!

A conferência de Bruxelas obrigou-nos a tolerar, nas nossas colónias, as missões estrangeiras protestantes, em geral adversas, senão inimigas da nossa soberania.

A sua nefasta propaganda, era como contraposta pela dos nossos padres e missionários, que nelas catequizavam. As missões católicas são poucas; as laicas teem uma importante missão a desempenhar, quando devidamente preparadas; mas a propaganda das missões protestantes aumenta dia a dia, e bem assim a catequese mahometana, que nossa inimiga tambem é, e que ameaça, em breve, prender ao Islam toda a nossa provincia de Moçambique, constituindo um grande perigo nacional, debaixo do ponto de vista religioso e político. No segundo congresso colonial, a tése sobre as missões católicas apresentada pelo nosso velho amigo e distintissimo colonial, à pouco falecido, Mariano Machado, foi largamente debatida, e todos foram unanimes quanto á sua proficuidade e necessidade de conservação.

Na Zambézia, aonde a acção benéfica das missões foi mais intensa e acompanhada da iniciativa, bom senso e patriotismo dos primitivos arrendatarios dos prazos, é onde, felizmente, essa nefasta e perniciosa influencia não se faz ainda sentir tanto. Ali, o indígena, o cafre, é o mais obediente e sujeito á nossa soberania; está apto a desempenhar todos os misteres da vida em que nos possa ajudar, e faz tanta diferença do «chiguanguela» do sul, e do «macua» do norte, como o dia faz da noite.

A propaganda dos padres Indianos (monhés), e os dos pretos mouros,

cada vez é maior, e o seu numero vai aumentando ano a ano.

Todas as nações colonias ajudam e protegem as missões, sejam de que natureza forem.

Todos que viverem em Moçambique, sabem a falta irreparavel que fizeram as irmãs de S. José de Cluny; e quantos hoje, n s hospitais, se lembram, com saudade, do aceio inexcedível, de carinho, e do amor com que tratavam os doentes, e da instrução e educação que davam as centenas de filhos de europeus, muitos deles, senão todos, abandonados pelos pais, que elas, com afectos de mães, criavam, educavam, e amparavam no espinhoso caminho da vida!

A provincia de Moçambique corre, ha muito, um grave perigo de desnacionalização, não só com a crescente, nefasta, e corrosiva propaganda das missões protestantes, como pela infiltração de costumes, linguagem, e ideias bolchevistas, que milhares de indígenas, que anualmente vão para o Rand e Rhodézia, de lá trazem e de lá veem eivados.

Carece aquela nossa tão rica próspera e florescente colónia, de uma acção missionária, — que os padres católicos, melhor do que outros, poderão effzicamente efectivar, — que combata aquele grande mal, contrapondo-lhe uma luta constante, persistente, puramente nacional.

Os Governos teem que auxiliar mais os nossos colégios de missionários e missões; esse auxilio deve ser alheio a preconceitos e crenças sociais, tendo só em mira os interesses da nação e a obrigação, que temos, de como quarta potencia colonial do mundo conservarmos as nossas colónias, mostrando aos estranhos que não merecemos as campanhas, tantas vezes afrontosas e sempre injustas, com que de vez em quando nos mimoseam, e impondo aos indígenas o prestigio que, á outrance, é necessário que se não perca.

GAVICHO DE LACERDA.

Banco Nacional Ultramarino

Sociedade Anonima de Responsabilidade Limitada

BANCO EMISSOR DAS COLÓNIAS

Séde — LISBOA — Rua do Comercio

Agencia — LISBOA — Cais do Sodré

Capital social: Esc. 48.000:00\$000

Capital realizado: Esc. 24.000:000\$00

Reservas: Esc. 34.000:000\$00

FILIAIS NO CONTINENTE — Aveiro, Barcelos, Beja, Braga, Bragança, Castelo Branco, Chaves, Coimbra, Covilhã, Elvas, Evora, Extremoz, Faro, Figueira da Foz, Guarda, Guimarães, Lamego, Leiria, Olhão, Ovar, Penafiel, Portalegre, Portimão, Porto, Regua, Santarem, Setubal, Silves, Torres Vedras, Viana do Castelo, Vila Real de Traz-os-Montes, Vizeu

FILIAIS NAS ILHAS — Funchal (Madeira), Angra do Heroismo e Ponta Delgada (Açores)

FILIAIS NAS COLONIAS — AFRICA OCIDENTAL — S. Vicente de Cabo Verde, S. Tiago de Cabo Verde, Bissau, Bolama, Kinshass (Congo Belga), S. Tomé, Príncipe, Cabinda, Loanda, Malange, Novo Redondo, Lobito, Benguela, Vila Silva Porto, Mossamedes, Lubango

AFRICA ORIENTAL — Beira, L. Marques, Inhambane, Chinde, Fete, Quelimane Moçambique e Ibo

INDIA — Nova Gôa, Mormugão e Bombaim (India inglesa) CHINA — Macau TIMOR — Dilly

FILIAIS NO BRASIL — Rio de Janeiro, S. Paulo, Pernambuco, Pará e Manaus

FILIAIS NA EUROPA — Londres, 9 Bishopsgate E. — Paris, 8, rue du Helder

AGENCIA NOS ESTADOS UNIDOS — New-York, 93, Liberty Street

Operações bancarias de toda a especie no continente, ilhas adjacentes, Colónias, Brasil e restantes países estrangeiros

COMPANHIA DO PETROLEO DE ANGOLA

(ANGOIL)

Sociedade Anonima de Responsabilidade Limitada

Com o capital de Esc. 4.281.615\$00 (ouro)

Pesquisas e exploração de petroleo em Angola

Séde social em LISBOA: **RUA DOS FANQUEIROS, 12-2.º** Telegram's: ANGOIL

Comité técnico em Nova York — Escritorios em Bruxelas

Presidente do Conselho de Administração

Administrador-delegado

Banco Nacional Ultramarino

Ernesto de Vilhena

Direcção técnica: "Sinclair Consolidated Oil Corporation"

45, Nassau Street, New-York

REPRESENTAÇÃO E DIRECÇÃO TÉCNICA EM AFRICA

Representante

Director técnico

Coronel Eduardo Marques

Mr. V. E. Gothe

Caixa Postal 332 Teleg.: ANGOIL

Caixa Postal 315 Teleg.: SINGOLA

LOANDA

LOANDA

Timor

ADMINISTRAÇÃO E POLITICA

Sr. Director da *Gazeta das Colonias*

O tradicional silencio de esfinge em que se mantem a remota Timor não nos permite avaliar do que lá se passa senão por conjecturas. Debalde eu, que tenho o interesse do homem que aí viveu nove longos anos, procuro ansiosamente noticias nas ultimas paginas de cada um dos seus boletins, que me chega ás mãos.

O que terá passado após a chegada do sr. Coronel Raimundo Meira?

Continuemos a esperar noticias; mas, enquanto não chegam, permita-me, Sr. Director, que continue mantendo o quasi monopolio que na sua *Gazeta* tenho exercido sobre Timor e que, com a tolerancia de V. Ex.^a, daria por findo com uma exposiçào detalhada da administração e politica aí exercida por 1918, que ha dias aprendi no livro do Sr. Sarraut a chamar politica de Associação.

E', em resumo e «trocado em meus», o seguinte:

Os indigenas de Timor são as principais forças vivas da Colónia.

As condições de meio e as qualidades da raça, aproveitadas por uma organização conveniente aliada á estabilidade do Governador e pessoal administrativo, permitem levar muito longe e tornar altamente eficiente a acção administrativa do Estado.

Para isso, enquanto se não possa alcançar um pessoal civil instruido, homogeneo, novo, com energia para trabalhar, impõe-se a unidade administrativa baseada no regimen dos comandos militares e missões religiosas.

A colonização europeia é reduzida. O afastamento da Metropole, outras circunstancias complexas e actualmente a moeda, tornam-na difficil.

Provavelmente só poderá vir a conseguir-se com a aposentação e fixação de funcionarios, que tenham prestado serviços na Colónia e á Colónia. Será necessario garantir-lhes condições limpas de existencia material; mas impôr-lhes tambem restricções.

Para ajudar a compreensão, vou por hoje, apresentar um quadro da vida do mato.

O comandante acaba de chegar da visita a um posto atirado alguns kilometros para cima, para os lados de B.; uma jornada violenta a cavallo, atravez a chuva e a humidade da montanha tropical.

Agora, só, estirado sobre a cadeira de lona, na imobilidade e no silencio, ilumina-o a frouxa luz de um candieiro de petroleo.

Cercam-no os ruidos misteriosos da noite; destingue o cantar dos grilos e o concerto de miriades de cigarras. Apóz uma tarde de chuva diluviana na serra, a sguá marulha ainda com violencia na ribeira proxima.

E' a hora do desamparo e da tristeza.

Um pouco afastada, ha uma casa de palapa, em que vive o sargento; mais além, uma outra, em que mora um velho soldado europeu; mais além ainda, oito laudins de Inhambane agrupam-se a esta hora em torno da fogueira e falam de mulheres.

Depois, mais nada! Em volta, é a maré do sangue timor; dez mil indigenas, que, na escuridão, as monta-

nhas formidaveis e inacessiveis, guardam nas suas pregas.

A meditação começa, persistente e obcecante. Quere esquecer, mas o cerebro, esquentado, afasta-lhe o sono; a noite e o silencio pregam-no á cadeira.

Está frio; frio da montanha e frio do isolamento.

— *Que estupidez e tristeza é viver assim! Renegar a familia e os amigos... Quando me resolverei a largar isto?*

— Não sejas piegas! Não pode ser por ora. Está ainda muito atrazada a minha Urbis.

Eucastada nos montes, queria deixar uma pequena Malaca: a fortaleza, a egreja, o tribunal e a Escola; a lei e o ensino. Alasirar a lavoura e as culturas. Construir casas para os comerciantes chinas. Construir boas moradias para Regulos e principais, montar oficinas. Levantar tambem essa raça de párias: os *auxiliares*.

... E leva-lo-ia a cabo.

As casas já se erguem; vae-se es-



TIMOR — Indigenas de Lautun

tendendo o tapete escuro da terra lavrada. Os timorenses já o tomam a serio, já o compreenderam. Todos, pretos e brancos, vão arrastados do mesmo misticismo, da mesma fé, trabalhando com o mesmo entusiasmo.

Para Agosto ou Setembro, o Governador passará a vigiar. Demorarse-á uns dias, e, á saída dirá aos chefes indigenas e dir-nos-á a nós, que está satisfeito e podemos continuar.

E, por toda a parte, vai o mesmo afan; em todos os comandos se edifica, se lava, se planta.

Os holandezes, —esses grandalhões construidos de batata, queijo e cerveja, —havemos de suplanta-los em Timor!

Aqui, ao lado, o C. B. tem um Chefe, que, em ocasiões solemnes, se volta para territorio holandez e apresenta as armas de S. Francisco. E neste gesto está a explicação de uma soberania portugueza em Timor nos nossos dias.

Mas teremos tempo?

Ainda tu tens illusões!

Um belo dia, um Decreto, «considerando» tudo menos o nosso trabalho e o nosso esforço, vem e... zús.

Aparece então um novo Governador e uma horda de curiosissimos funcionarios. Os neofitos olham com superioridade os «antigos».

Falam talvez no seu crédito Politico e num vasto programa de Administração.

Como hão-de eles compreender, como podem eles advinhar? Talvez venham a descobrir, mas já tarde!

Parece contudo simples a ideia de continuar.

Mas, se veem de Portugal, onde impera o «paraitre» e falta a fé!...

Dirão: E' preciso remodelar. Que incompreensiveis dislates e tolices! «Os ingleses...» «Ou em Java...»

Se eles soubessem como se fez Java!...

E depois ha aparencias que chocam. Tal funcionario que sonhou em arranjar, em dois anos, á custa dos timorenses, uma pequena fortuna, acha inconveniente e até cobarde que se dê aos chefes alguma consideração; sandice rematada, que se ache nesta civilização rudimentar alguma arte e beleza, que por ela se tenha alguma simpatia, se sorria amigavel e tolerante ás crenças do «costumado timor».

Como se dontra maneira fosse possível levar as populações a trabalhar assim a sua terra!

Tambem algum partidario do libe-

ralismo á «outrance» nos falará, com convicção, dos ingleses.

Mas, no Rand, o material humano escasso esem individualidade, sai meio estropiado da mina, para logo se discutir quem lhe ha-de tirar o dinheiro vendendo a inutil pacotilha.

Aqui, a população multiplica-se na paz e no trabalho.

Se eles, os ingleses, entram cá?

Isto é pequeno e em pouco tempo tudo se irá. Assim tão curvados ante a sua moralidade, que tão bem lhes serve, e tão descrentes da noesa.

Vem-lhe á ideia um quadro da Art-Gallery de Sidney. E' a destruição da Armada Invencivel; a nau que, desmantelada, está em primeiro plano, é portugueza.

Quando as febres palustres deixam de obedecer ao quinino, deve empregar-se a «Paludina», que dá excellentes resultados nas febres palustres, biliosas e perniciosas. Pedir instruções a «Sanitas» T. Carmo, 1, Lisboa.

Invade-o a amargura e uma como saudade de tempos de maior força e maior fé.

E, subitamente, na parede fronteira, aparece-lhe fixo o escudo de armas da pequena Holanda. Tem nitidamente gravada a divisa que trazem as latas de bolacha, as chavenas e outros objectos que o contrabando china passa de Atapupo para cá!

A alucinação continua.

Agora é um holandez gordo, é Von Daendels, tiranico e energetico, a ordeuar as grandes estradas de Java em dois anos, com trabalhos forçados e grande sacrificio de vidas. Depois é Van den Bosch e milhões de jaos a plantarem café e cana de assucar.

Desperta-o um ruido...

Ergue-se num impeto de raiva: é preciso viver e continuar.

Cessou o mugir da ribeira e chega agora distintamente o Oh! Lá-li-lá! Oh! Lá-li-lá dos timores, que dançam para se aquecer.

Abre a porta e, a duzentos metros banhada na purpura da fogueira, enxerga a roda dos corpos escuros encostados hombro a hombro.

Uma cantilena se eleva, dolente e grave; ora, sem desafinação, maviosa e continua como um fio, parece sair de gargantas de donzelas; ora, rude e máscula, lembra peitos orgulhosos de homens cheios de vigor.

Aproxima-se...

O quadro movimentava-se, a roda oscila, ouve-se o bater forte dos pés descalços e o Chê-Chê-Chê de todos que anima a dança.

As mulheres retomam o côro e dizem em «manbai»: «Você vai a casa dos outros pedir bananas para comer; trabalha pouco na horta e diverte-se em casa com a mulher».

Iluminados pela fogueira, surgem torços nus, faces selvagens de homens, velhas encarquilhadas, raparigas de boca proeminente.

Agora os espectadores afastam-se deferentes e dizem a sorrir: «Bôa Noite Sinôr».

Em silencio retoma o sismar...

Ha quem lhes não reconheça senão cruel impiedade, preguiça, soberba, taciturna desconfiança, traiçoeira subserviencia.

Mas um Governador, pela sua seriedade, pela sua fé, e pelo seu prestigio tudo ponde mudar.

A confiança aqueceu os corações e esta pobre gente, como todos os seres humanos, susceptivel de amar e

SANTOS, OLIVEIRA & C.ª
Comerciantes e Agricultores
Comisões e Consignações
LOANDA E MALANGE

Companhia Estrela-Farim
Concessão na Guiné
Séde — Rua Ivens, 21 e 25
LISBOA
TELE } fones — C. 46 e C. 5595
 } gramas — CIRICA
A. B. C.
CODIGOS | Ribetrol
 | Mascote

que muito ama a sua terra. trabalhou por ela com dedicação e alegria.

Nos tempos da boa politica indigena, eram os presidios, onde se entrava sem esperanza, eram os conluios secretos, os «estilos», as matas «lulics», onde não se abatia um ramo e, na ignorancia do Comandante, se construiam em segredo kilometros de trincheiramentos de bambu.

Agora o povo ou trabalha ou se recreia nos folgares. O trabalho da lavoura, ou da plantação alternam com a caça ao veado, com a pesca anual nos coitões, com as feiras, as exposições e as recepções ao Governador.

Antigamente vinham curiosos visitar o comandante á tranqueira, para vêr o que estava a fazer atraz dos seus muros. E eram desarmados á entrada.

Agora, o Comandante vae por toda a parte e num convivio constante se consegue o trabalho, sem as violencias dos Boschs e dos Dandels.

Não compreenderá e talvez nunca aqui venha!

Para se entreter, terá a intriga de Dily, as habilidades de corda bamba, as soluções habilidosas de Decretos insolaveis, um 7415 etc.

Mudará comandantes e chefes de Posto, indiferente em produzir catástrofes economicas e morais como as da morte de um chefe de familia.

Emquanto aos timores, como medida economica, para manter vencimentos de luxo... cento e vinte mil contribuintes a duas patacas e meia! Podem pagar muito mais?

A provincia está pacificada, nada a recear.

E assim morreu a fé e se marchou a flôr da confiança.

Ocorre então ao Comandante a teoria de certo velho e filo-fofo cabo europeu: «Sabe Vossa Senhoria. meu tenente? Os chefes teem sempre força para a malandrice (a revolta) e de dez em dez anos, em Timor, ha uma revolta».

São as montanhas e o ceu a arder, os moradores e os landins de Mocambique, cabeças entre a verdura das arvores, bufalos tresmalhados lambendo cadaveres putrefactos, creanças a gritar no mato, paus carbonizados erguendo-se onde eram povoações e o manto de capim escondendo os caminhos, sugando e amarelecendo as plantações.

Os jornais de Soerabaia noticiarão então os factos desta maneira:

«Os portuguezes continuam as suas antigas e vis praticas».

«Mais uma revolta estimulada pela barbaridade dos soldados negros».

«O Governador fugiu para bordo».

«Milhares de creanças e mulheres tem sido mortas com a maior crueldade».

«Na fronteira um batalhão holandez recebe os fugitivos».

* * *

Mas talvez que o novo Governador!...

RIBEIRO ARTUR.

.....
Mas com o novo Governador?...

.....
E agora surge o quadro da guerra de Timor.

FOMENTO GERAL DE ANGOLA

(FOGERANG)

Sociedade Anonima de Responsabilidade Limitada

CAPITAL: ESC. 5.400.000\$00

Empreendimentos agricolas, pecuarios, comerciais, industriais e financeiros, em Angola, directamente ou por meio de empresas que deles especialmente se ocupem

Sociedades filiais já organizadas:

Companhia de Pescarias de Angola — Capital 1.000.000\$00

Companhia Agricolo-Pecua ia de Angola — Capital 9.000.000\$00

Sindicato para o estudo do Tabaco em Angola — Capital 1.650.000\$00

Sociedades filiais em organisação: Para exploração do algodão e exploração de oleaginosos

Séde: Rua dos Fanqueiros, 12 — LISBOA

End. teleg.: FOGERANG

Presidente do Conselho de Administração

HENRY BURNAY & C.^a

Administrador-Delegado

ERNESTO DE VILHENA

Administrador-Delegado em Africa:

Coronel EDUARDO MARQUES

Loanda, C. P. 332

End. telegrafico: FOGERANG

Missões de estudo em varias regiões da Provincia

SOUSA MACHADO & C.^A

Sede em **LOANDA**

Angola — Cabo Verde — Lisboa

Importação e Exportação — Productos Coloniais
Cereais de Angola

Representantes privativos na Africa
Occidental Portuguesa da:

FORD MOTOR COMPANY E. U. A.

Sucursal no: LOBITO

Representação e Importação exclusiva de carros de turismo, camionetes, tractores **FORDSON**, accessorios e sobressalentes

Sociedade em Lisboa — **RUA GARRETT, 62, 2.º**

END. TELEG } Para Angola — **SOMA**
 } Para Lisboa — **SLGUE**

SÁ LEITÃO & C.^A, L. DA R. DA MADALENA, 45, 1.º
— LISBOA —
— Teleg.: "MONDEGO" — Lisboa —

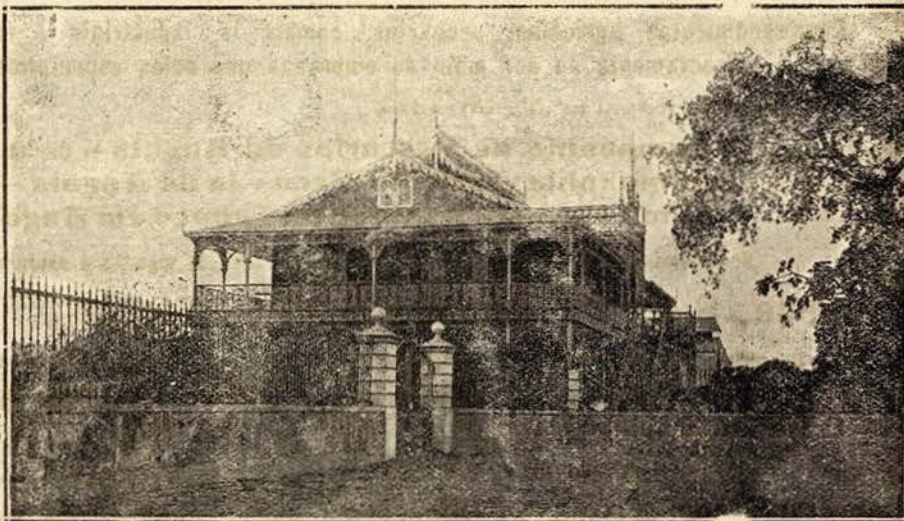
Importação e Exportação

directa das suas casas em **ÁFRICA** de todos os productos de **ANGOLA** (Africa Occidental Portuguesa)

Café, Cacao,
Coconote, Oleo de
palma, Urzela,
Borracha, Cera de
abelha Goma
copal, Marfim etc.

Em deposito para
fornecimentos:

Fazendas, Quinquilharias,
Géneros alimentícios, Fer-
ramentas, Vinhos, Óleos e
variadissimos artigos da in-
dustria nacional e estran-
geira



DEPENDENCIAS DE LOANDA

Páginas de Epopeia

D. Francisco de Almeida devia deixar o governo da Índia em Dezembro de 1508. El-Rei D. Manuel nomeara Afonso de Albuquerque. Este chegou a Cananor nas entradas de Dezembro. (1)

Os capitães que o haviam abandonado em Ormuz, alterando os factos e caluniando Albuquerque, lograram indispor-o com o vice-rei, que já lhe não era demasiado affecto. (2)

Albuquerque, em termos urbanos, requereu de sua justiça. Os enredos continuaram. D. Francisco de Almeida respondeu-lhe com evasivas.

Punha a mira em Diu, e não pensava senão em vingar o filho.

Aquela dôr suprema concentrava-se-lhe no coração sem desabafar em gemidos. Apenas de onde em onde, uma palavra mal contida atraíçoa o tormento de sua paixão. (3)

Afonso de Albuquerque instou com D. Francisco de Almeida, mostrando-lhe seus inconcussos direitos, para que lhe entregasse o governo. Almeida respondeu :

« Bem está assim por agora ».

E sem mais o atender partiu para a batalha naval em que ele devia castigar pavorosamente os que lhe haviam morto o filho :

« Meu filho é morto ; mataram-no venezianos e mouros do Soldão ».

Albuquerque, domando o seu genio, e medindo quais poderiam ser os resultados para as coisas da Índia, dando-se um rompimento entre

(1) Hoje, 5 de Dezembro, estando já em Cananor com toda a frota, chegou Afonso de Albuquerque de Ormuz. Carta do vice-rei D. F. de Almeida a El-Rei D. Manuel. *Lendas da Índia*, tom. I, part. II, pag. 926.

(2) Afonso de Albuquerque vem muy desamado da gente. Dizem dele coisas com que homem se espanta. *Ibidem*. Carta a El-Rei D. Manuel. *Lendas da Índia*, tom. I, parte II, pag. 920.

(3) Grande paixão he para mim escrever a Vossa Alteza por que não posso deixar de tocar coisas que cortam minha alma ! Carta a El-Rei D. Manuel. *Lendas da Índia*, tom. I, part. II, pag. 897.

Meu filho é morto como a Deus aprove e meus pecados mereceram, pag. 898. *Ibidem*.

E nom será perdela Ruy da Cunha que é fidalgo prove e tem gastado dous quartéis da vida e está no derradeiro como eu ; mas ele tem filhos e eu não que um que *tenia lo perdi*. pag. 919 *Ibidem*.

ele e o vice-rei, aparentemente tranquillo, partiu para Cochim, esperando o desfecho da batalha.

João da Nova fôra com D. Francisco de Almeida. O alcaide de Lisboa, o bravo ferido, mas vitorioso em cem combates, tornara-se inimigo figadal de Albuquerque, desde que este lhe jogara as mãos ás barbas em Ormuz.

Era, pois, João da Nova um dos que mais apertava com o vice-rei para que ele não entregasse o governo ao homem de quem tamanha afronta havia recebido.

D. Francisco de Almeida deu a batalha e ganhou-a. Esse effeito, pela direita justiça, devia de pertencer a Albuquerque, porque apenas chegou a Cananor, o vice rei tinha obrigação de lhe entregar o governo ; mas era bem permitir ao pai consternado, e ao homem que tamanhos serviços prestára na Índia, que fosse ele proprio tirar a desforra dos que lhe haviam desbaratado e morto o filho.

Desembarcando em Cochim — 10 de Maio de 1509 — D. Francisco de Almeida vinha coberto de gloria. Correram todos á praia a festejal-o.

Um dos primeiros foi Afonso de Albuquerque.

O vice rei, ao passo que abraçava com efusão os inimigos do futuro governador, não atentava neste ou fingia não o ver.

Então o conquistador de Ormuz, que em breve daria um imperio a Portugal e um mundo á civilização de todos os povos, o leão fulvo, num impeto de legitimo orgulho, conscio da sua força e da sua grandeza, chegou-se ao vice-rei, tomou-o pela ponta da opa de brocado, que levava vestida, e disse :

« Ah ! senhor, aqui estou. — Vede-me ! » (4)

Quanta nobre altivez ha nestas simples, rias eloquentes palavras !

Os enredadores, inimigos de Albuquerque, tomados de medo á idea que este assumisse o poder, envenenaram o animo de D. Francisco de Almeida, cujo espirito, força é dizel-o, começava a decair notavelmente.

(4) João da Nova, sendo já governador A. de Albuquerque, morreu em Cochim — Junho de 1509 — mal visto e desamparado dos seus. Albuquerque foi um dos raros que acompanharam á sepultura o cadaver do seu implacavel inimigo fazendo á sua custa as despesas do enterro.

Principiaram as violencias.

Albuquerque com prudencia e suma justiça dizia ao vice-rei :

« Senhor, pois vos Deus deu uma tamanha victoria e tendes vingada a morte de vosso filho com tanta honra, e nisto não ha já mais que fazer, peço-vos que entre nós não haja differenças e me entregueis a governança da Índia ». (1)

Neste ponto entrou Gaspar Pereira, e Albuquerque continuou :

« Gaspar Pereira, pois sois escrivão dante mim, requeiro vos da parte de El-Rei Nosso Senhor que notifiquéis ao vice-rei e a todos os capitães, fidalgos e gente que aqui está presente estas provisões que aqui trago pelas quais El-Rei Vosso Senhor manda que o senhor vice rei me entregue a Índia. (2)

Então acendeu-se extraordinariamente o furor do vice-rei, e dirigindo-se a Albuquerque disse-lhe :

« Vós não tendes escrivão d'ante vós onde eu estou ! »

E sem querer ouvir mais nada, voltou-lhe as costas.

Desde esse momento recresceram as violencias ; espancaram os famulos de Albuquerque ; prenderam e meteram a tormento os seus aíns e amigos, até que, finalmente, o vice-rei mandou preso para Cananor o vencedor de Ormuz !

João da Nova (3) e João Barreto tinham contribuido poderosamente para isto.

Se não fôra a perspicacia, alcance e prudencia de Albuquerque, as coisas teriam chegado a extremos que poderiam trazer gravissimos resultados para os negocios da Índia.

Mais para o deante, a contenda entre Lopo Vaz e Pero de Mascarenhas, sem o bom juizo deste, que seguiu o exemplo de Albuquerque, teria sido a morte do nosso poder no

(1) *Comentarios de Afonso de Albuquerque*, part. II, cap. I, pag. 23. Gaspar Corréa narra o facto do mesmo modo. Compulsando, depois da leitura dos *Comentarios*, as *Lendas da Índia*, vemos que o filho de Albuquerque jámais se deixou cegar pela paixão, conservando sempre a verdade dos factos em tudo que tem relação com seu pae.

(2) *Comment.*, part. II, cap. IV, pag. 23.

(3) *Comment.*, part. II, cap. IV, pag. 24.

Oriente, como veremos no decurso destas narrativas.

Albuquerque fa preso para Cananor. A sua casa era arrasada em Cochim; facto escandaloso e que provava bem que as intrigas e a paixão contra Albuquerque haviam alucinado o espirito superior, embora decadente, de D. Francisco de Almeida.

Passados trez mezes, chegou do reino para a desgraçada empresa de Calecut D. Fernando Coutinho, o marechal, sobrinho de Afonso de Albuquerque.

O marechal, a quem El-Rei D. Manuel dera todas as provisões para investir no governo da India a seu tio, levou-o para Cochim como governador.

D. Francisco de Almeida partiu Portugal, e na Aguada do Saldanha teve o sinistro fim que aedeante vere-

mos. Era um politico fino, um administrador admiravel, um general habil e bravissimo.

Albuquerque era um homem de genio!

O pensamento do vice-rei fôra que todo o dominio dos portuguezes se exercitasse nos mares. Albuquerque queria o dominio do mar e da terra.

Mas o dominio da terra, com que vasto alcance o não media ele!

Aliança de sangue entre os portuguezes e o indigena; difusão da lingua (1), propagação de crenças, o aborigene abrigado á sombra pode-

(1) «Em Cochim achey hua arca de cartinas por onde imsynam os meninos; e pareceu-me que Vossa Alteza as não mandara para apodrecerem estando narca e ordeney hum homem casado aquy, que imsynase os moços a ler e esprever e averá na escolla perto de cem moços e sam

rosa do dominio portuguez contra o moiro, e ao mesmo tempo o exterminio do turco inimigo, desviando-lhe as correntes do Nilo, tal era o pensamento do grande capitão!

Um mundo de coisas extraordinarias se agitam naquela poderosa cabeça!

Ainda hoje, em remotas paragens do Oriente, se encontram vestigios da obra de Albuquerque continuada pelo misticismo fervoroso de S. Francisco Xavier.

BULHÃO PATO.

deles filhos de panicaees e don.ens honrados; sam muito agudos e tomam bem o que lhe ensynam e em pouco tempo, e sam todos cristãos». Carta de Albuquerque a El-Rei D. Manuel, 1 de Abril de 1512. Torre do Tombo, C. Chron. pag. I, mac. II, doc. 50.

EXPEDIENTE

A «Gazeta das Colónias», que apenas vive dos recursos que lhe facultam os seus estimados anunciantes e leitores, roga a todos os seus agentes nas Colónias a especial fineza de lhe remeterem as importancias cobradas, que tenham em depósito, evitando assim as dificuldades com que, pela falta de prestação de contas, está lutando, e que motivam os atrasos da nossa publicação.

E, contando com a sua boa-vontade, a todos apresenta, desde já, os seus agradecimentos.

PARCERIA DOS VAPORES LISBONENSES

(Arrendatária das docas e oficinas do Porto de Lisboa)

Serviço permanente de reboques, salvamentos de navios e transportes fluviaes de passageiros, bagagens e carga;

Aluguel de cábreas e outros aparelhos de força.

Trabalhos de sondagens e de mergulhadores.

Reparações de navios; limpezas, picagens (manual e a ar comprimido) e pinturas interiores, de costados e de fundos.

Pequenas construções navais (rebocadores, lanchas, batelões, salva-vidas, etc.).

Demais trabalhos navais de todas as especiali-

dades metalúrgicas, de soldadura, de carpintaria de branco e de machado, de calafetos, etc.

Montagens e reparações de instalações electricas a bordo.

Obras hydraulicas.

Fornecem-se:

a) Indicações técnicas, orçamentos e planos.

b) Materiais para todas as obras e trabalhos referidos.

c) Dispositivos especiais para embarcações destinadas ao serviço colonial.

d) Tintas próprias para climas e águas tropicais.

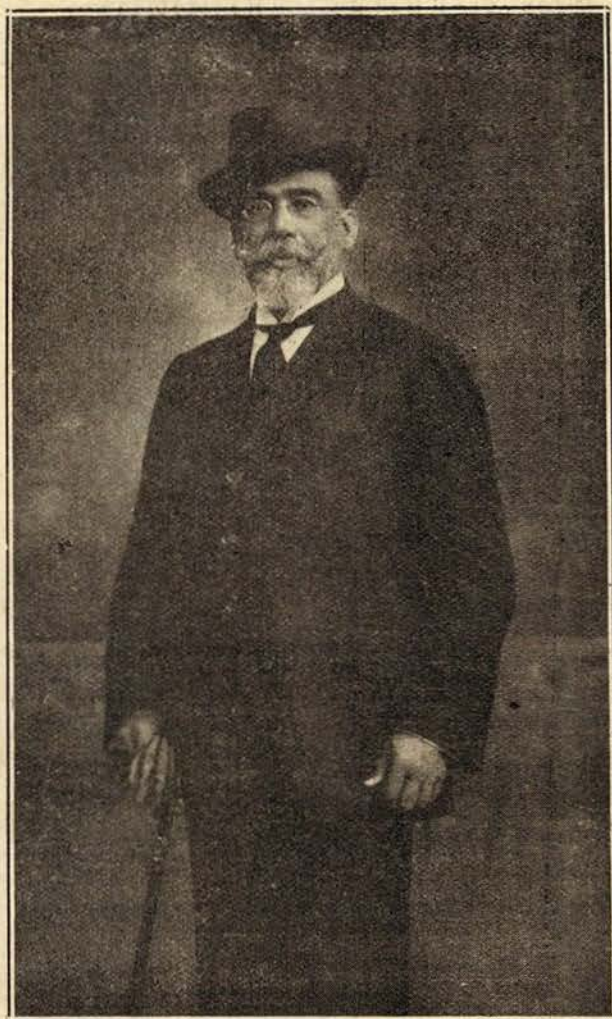
Administração Central: — Cais do Sodré — LISBOA

Telefones | C. 1926 Administração e serviço
| C. 2992 de transportes
| C. 1588 Oficinas, docas e obras

Endereço telegrafico:

“DRYDOCKS,,

MARIANO MACHADO



A nossa «Gazeta» tem hoje a prantejar mais uma perda, e perda irreparável: Mariano Machado. Levou-o a Morte, inesperadamente, brutalmente, em poucas horas de luta, depois de têr estado ao pé de nós a trabalhar ainda pela felicidade duma das colónias a que tinha dado, numa devoção de português antigo, o melhor quinhão do sua laboriosa vida.

Mariano Machado não era apenas o homem, cheio de méritos, que gastara os ombros a produzir trabalho:

era, principalmente, uma alma, cheia de virtudes, que se consumira a defender uma ideia. As expedições militares, arrancavam-lhe grito de dôr. Torturavam-no como desperdícios loucos numa casa de miséria, — devorando oiro, e consumindo vidas, que viriam a fazer falta para as produções da terra.

A sua politica, — era a dos caminhos de ferro. Preferia a occupação pacífica e duradoira pela locomotiva, ao dominio agressivo e passageiro

pelo canhão. Reduzia a quilómetros de via férrea as importâncias gastas pelas colunas de operações, e demonstrava que já teriamos o vapôr da máquina a silvar por toda a terra do ultramar se, em vez de consumirmos munições em submeter o «preto», tivéssemos adquirido o «rail» para lhe dispensar serviços e o ligar a nós.

Patriota do melhor quilate, nem mesmo em subordinações a companhias estrangeiras alguma vez deixou de sêr inteira e puramente português. Quem estas linhas escreve, jámais pode esquecer o caloroso apoio que de Mariano Machado recebeu quando, no Governo do Moxico, teve necessidade de *dissolver* a «casa militar» dum official britânico, que, ao serviço da «Tanganika Concessions», se *esquecera* de que estava operando... em território nosso. E, de tudo quanto as suas mãos tocavam, era um instrumento de prosperidade que o seu labôr fazia. Assim sucedera em Moçambique. E ainda me hor se afirmara atravez do sertão de Angola.

Actividade inteligente, que sabia ligar o cérebro á rude tarefa do braço, era sempre obra perfeita aquella que resultava do seu esforço. Bastaria a sementeira, que, incansavelmente, promoveu á margem do Caminho de Ferro de Benguela, para, em letras de oiro, lhe deixar gravado o nome.

A «Gazeta das Colonias», sabe bem que, homens como Mariano Machado, difficilmente se substituem. São gigantes que desaparecem, deixando, quasi sempre, um logar vazio. Por isso mesmo, depõe sobre a sua campa esta palma de homenagem, molhando-a sentidamente com as lagrimas da sua dôr.

COMPANHIA DE DIAMANTES DE ANGOLA

(DIAMANG)

SOCIEDADE ANONIMA RESPONSABILIDADE LIMITADA

Com o capital de Esc. 9.000.000\$00 (ouro)

Direito exclusivo de pesquisa e extração de diamantes na Provincia de Angola, por concessão do respectivo Governo

Séde social: Rua dos Fanqueiros, 12-2.º — LISBOA

Telegramas: DIAMANG

Escritorios em Bruxelas, Londres e Nova York

Presidente do Conselho de Administração

Presidente dos Grupos Estrangeiros

Banco Nacional Ultramarino

Mr. Jean Jadot

Administrador-delegado: ERNESTO DE VILHENA

Representação e direcção técnica em Africa

Representante

Director técnico

Tenente-coronel Antonio Brandão de Melo

Mr. Gleen H. Newport

Caixa Postal 347

Teleg.: DIAMANG

LOANDA

DUNDO

LUNDA

MARQUES, SEIXAS & C.^A L.^{DA}

LISBOA E AFRICA

LISBOA — TRAVESSA DOS REMOLARES, 10, 3.º, ESQ.

Telegramas "FERRAMENTA" — Telefone 2914 C.

NOVO REDONDO — CAIXA DO CORREIO N.º 3

Telegramas "SEIXAS" — Telefone 1

Sortido completo de armarinho, mercadorias para permuta, tintas, ferragens, etc.

IMPORTAÇÃO — EXPORTAÇÃO

MARINHAS DE SAL

Criação de gado bovino, e navegação á vela para todos os portos da provincia

Grandes plantações de algodão e fabrica de desgranamento pelo sistema mais aperfeiçoado em Novo Redondo

Grandes depósitos de café do Amboim, óleo de palma e coconote das suas roças do Amboim e Seles-Boa Lembrança, Santa Clara, Aliança, Montebelo, Rio Luete e Monte Alto

DESPORTO

ARTUR
INÊZ

Nota preambular

Estiveram ultimamente em Lisboa tres grupos estrangeiros de foot-ball. O Wiener, de Viena, o V. A. C.,



A 1.ª categoria do Grupo Atletico da Beira, quarto classificado no campeonato de foot-baal regional da epoca passada

de Budapest, e o Deportivo, de Corunha.

Tanto o Wiener como o Deportivo vieram a convite do Sporting, Imperio e Bemfica. O V. A. C. veio convidado pelo Casa-Pia.

Dos tres agrupamentos estrangeiros o V. A. C. era talvez o melhor. E foi precisamente o que teve menos publico, talvez porque os encontros se efectuaram no campo do Restelo, que fica um pouco ajastado.

Nenhum dos tres grupos, porém, se impoz claramente pela qualidade do seu foot-ball. E por isso mesmo todos os organizadores perderam dinheiro com as visitas.

Prova isto simplesmente que o publico já vai percebendo muito bem de foot-ball e só acorre aos campos quando lhe oferecem bons grupos... pelo menos iguais aos nossos melho-

res.

Antes assim. O publico, afinal, ainda não é tão ignorante como no-lo fazem acreditar...

A. I.

FOOT-BALL

A linha nacional

Num dos ultimos numeros do excelente tri-semanário *Os Sports* um misterioso entrevistado dava a seguinte linha nacional como certa para jogar contra a Espanha em 17 de Maio futuro:

Francisco Vieira, Joaquim Ferreira, Antonio Pinho, «Tamanqueiros», Alberto Augusto, Cesar de Matos, Torres Pereira,

Jaime Gonçalves, Joaquim Gralha, João Francisco e Emilio Ramos.

A visita a Lisboa do Club Paulistano

Anuncia-se a visita a Lisboa do famoso grupo brasileiro Club Atletico Paulistano.

O Paulistano vem a convite do Casa-Pia.

HIPISMO

Os cavaleiros portugueses em Nice

No Concurso Militar Internacional de Nice os cavaleiros portugueses alcançaram a primeira classificação, o que sobremaneira honra o país.

O tenente sr. Ivens Ferraz alcançou o primeiro prémio da prova Princeza Saouise Napoleon e o tenente sr. Helder Martins o 5.º lugar.

Na prova dos Grandes Hotéis de Nice classificaram-se em 6.º lugar o cavalo «Avro», em 10.º «Cook» e em 11.º «Select»

Os cavalos «Carliste» e «Roussi» obtiveram o laço.

REMO

As provas da Federação

A direcção da Federação Portuguesa de Remo comunicou os detalhes das próximas regatas escolares que se efectuarão a 3 de Maio proximo, a saber:

Juri — Presidentes, Sua Ex.^a o sr. Ministro da Instrução e Sua Ex.^a o Ministro da Marinha; Vogais, um delegado de cada escola concorrente; Unpire, sr. Pedro José de Moura (S. A. e D.); Juiz de partida, delegado da Associação Naval de Lisboa; Juiz de chegada, delegado do Club Naval de Lisboa.

Horário — Escolas secundárias — 1.ª eliminatórias, 11 horas; 2.ª eliminatórias, 11,20 horas. Escolas Superiores, 11,45 horas. Escolas secundárias, final, 12 horas.

Instruções — O Juri, delegados e concorrentes embarcam ás 10 horas, no Cais do Gaz (Club Naval de Lisboa), devendo os concorrentes ir já equipados.

HOCKEY EM CAMPO

A França ganhou o campeonato mundial

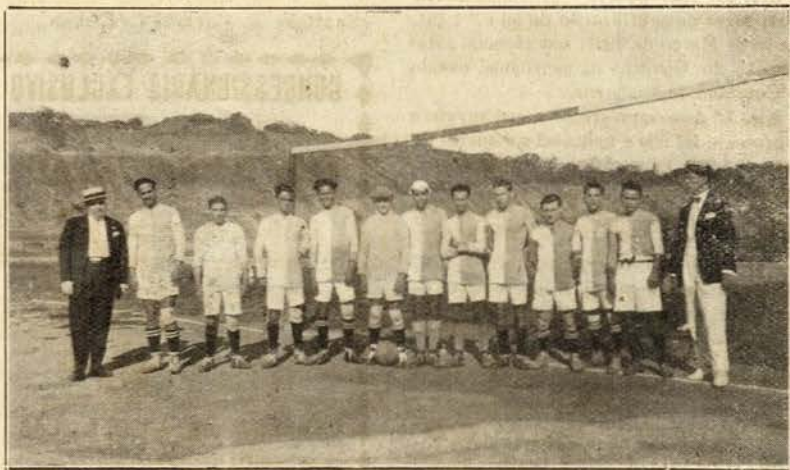
Disputou-se já a final do torneio mundial de Hockey em campo, que se estava disputando em Gênebra.

Neste ultimo *match* defrontaram-se a França e a Bélgica, que por sua vez, na meia final, havia batido a Austria por 2-1, depois dum jogo formidavel que durou duas horas, isto é, teve três prolongamentos.

O jogo França-Belgica foi tambem renhido e só se chegou a um resultado positivo depois de dois prolongamentos, havendo no geral um certo dominio dos franceses.

O grupo campeão é constituído pelos seguintes elementos: Roses, Orłowski e Fremaux, Remsate Prieur, Peuchot, Schneidan, Delevaque, Bonual, Ragot e Beauvalet.

A classificação final de todos os países é a seguinte: 1.º, França; 2.º, Bélgica; 3.º, Austria; 4.º, Tcheco-Slovaquia; 5.º, Suíça; 6.º, Espanha; 7.º, Hungria.



A 2.ª categoria da Associação dos Empregados do Comercio e Industria de Lourenço Marques, no dia do jogo em que foi inaugurado o seu novo campo

NOTICIAS E COMENTARIOS

Angola

Proposta de financiamento de Angola

Artigo 1.º E' o Governo autorizado a pôr á disposição da provincia de Angola, á medida das suas necessidades, a importancia de 9.000.000\$ (ouro), abrindo-se para esse fim, pelo Ministério das Finanças, os créditos necessários, mediante a entrega à metrópole de obrigações, ouro, amortizáveis num prazo máximo de trinta anos, ao juro máximo de 7 por cento ao ano, pagáveis em títulos da mesma natureza durante os primeiros três anos e em espécie a partir desse período.

§ 1.º Aos encargos das referidas obrigações ficam consignados os rendimentos gerais da provincia, ficando esta desde já autorizada a, de acôrdo com o Governo da metrópole, consignar à satisfação desses encargos quaisquer receitas especiais criadas ou a criar.

§ 2.º Consideram-se exceptuadas da disposição do § 1.º as receitas especiais que por lei ou contrato anterior hajam sido afectadas ao pagamento dos encargos doutros empréstimos provinciais.

Art. 2.º E' o Governo autorizado a negociar operações de crédito de montante não superior ao fixado já anteriormente, ás quais poderá consignar os rendimentos especiais; a que se refere o § 1.º do artigo anterior, não podendo o encargo efectivo destas operações exceder 10 por cento.

§ único. Serão levados a débito da provincia de Angola quaisquer encargos que por virtude da presente lei resultem para o Governo da metrópole e não tenham sido inteiramente cobertos pelas receitas nela referidas.

Art. 3.º A importância do empréstimo a que se refere o artigo 1.º será deduzida na totalidade autorizada pelo artigo 2.º da lei n.º 1:131, de 26 de Março de 1921.

Art. 4.º Não poderá a provincia de Angola fazer nova utilização da lei n.º 1:131, de 26 de Março de 1921, sem especial autorização do Governo da metrópole, ouvido o Conselho de Ministros.

Art. 5.º Aos empréstimos a que se refere a presente lei não é applicável a doutrina do artigo 3.º da lei n.º 1:131, de 26 de Março de 1921.

Art. 6.º Fica revogada a legislação em contrário.

Com a devida venia, transcrevemos do brilhante bi-semanario de Loanda, — «A Provincia de Angola», a seguinte carta:

Impressões dum estrangeiro sobre Angola

Ondjiva, 30-X-24.

SR. DIRECTOR.

Antes de sair da vossa bela Angola envio a V. e ao seu periódico «A Provincia

de «Angola» a minha saudação de camarada.

Fiz uma viagem através Angola: Loanda, Quibala, Huambo, Lubango e Humbe e agora vou sair por Mossamedes.

Esta viagem deixou-me agradáveis impressões. Diz-se que Angola é rica. Não é rica; quando estiver mais colonizada e melhor governada, será riquíssima. Pode ser mesmo um dos maiores países de Africa.

Posso afirmar q e aos seus administradores não faltam nem iniciativa, nem vontade. Dinheiro é que faz falta. Por exemplo, os srs. Administradores da Quibala, de Calulo, de Cibemba, etc. são superiores no seu serviço e pode dizer-se tambem que estradas como em Angola não ha em Portugal.

A perdação de Angola é não ter quem trabalhe para melhor futuro da terra e dos seus filhos. Todos os que para ela veem trabalhar procuram enriquecer depressa e partir para a Europa. Com esta politica pessoal nunca Angola poderá ser nada e um dia... de algum valor para a União Sul Africana ou qualquer outra Nação.

Vou agora seguir para outra costa, através o territorio da União Sul Africana, até Lourenço Marques. Nestes ultimos instantes que estou em vossa terra angolana desejo a V. e aos habitantes o melhor futuro, que bem merecem.

Creia, sr. Director, que sou um tchecoslovaquo com coração português e que Portugal e o seu nobre povo teem em mim um dos seus melhores amigos e admiradores. Com um abraço etc.

(as) EMILOS DVOROK.
Jornalista tchecoslovaquo

Segundo os ultimos trabalhos scientificos pode curar-se a tuberculose, com a «Palmol». Pedir instruções á «Sanitas» T. Carmo, 1, Lisboa.

CONCESSIONARIO EXCLUSIVO

PARA A

Africa Occidental Portuguesa



COMERCIO DE ANGOLA, LDA.

REPRESENTANTES DA

COMPANHIA DO ASSUCAR DE ANGOLA

Benguela — Lobito — Loanda

O SEU MOTOR EXIGE **Spidoleine** O OLEO QUE LUBRIFICA

India

O Sr. Dr. Jaime de Moraes

O *Times of India*, de Bombaim, referiu-se em elogiôso termos á administração politica do sr. dr. Jaime de Moraes. Resume os seus melhores actos de Governo e faz a seguinte anotação, prova de que na colônia visinha seguem atentamente tudo quanto se passa na India Portuguesa:

"Almost all local papers some of which had previously attacked him, now pay high tributes to his brilliant intellect and indefatigable zeal."

Congresso Provincial

Abriu em 22 de Março findo o 6.º Congresso Provincial da India Portuguesa. Contra o que se esperava, o numero de congressistas subiu extraordinariamente no corrente ano. Mais de 300 adherentes ao Congresso assistiram á primeira sessão.

Ao salas dos Paços do Concelho estiveram literalmente cheias de congressistas e convidados, vendo-se muitas pessoas nas escadas e nos corredores por não alcançarem logar no salão.

A sessão inaugural limitou-se a dois discursos: — um do sr. Presidente do 6.º Congresso que resumiu a obra dos Congressos anteriores, e outro de S. Ex.ª o Governador Geral que orou num improvisado vibrantemente aplaudido.

Comercio e Navegação

Foi publicada a estatistica do Comercio e Navegação referente a 1920. A este importante trabalho nos referiremos largamente n'um dos proximos numeros. E' digno dos maiores louvores o Sr. Daniel da Silva Bastos, Director dos serviços aduaneiros, que conseguiu normalizar a publicação das estatísticas aduaneiras, melhorando-as, tornando-as um excelente auxiliar de todos quantos desejam estudar o problema económico da India.

Se podessemos dizer o mesmo de todas as colônias!...

Timor.

Os proprietarios, agricultores e comerciantes de Timor protestaram junto do Governo Central contra varias medidas postas em pratica pelo Governador desta colônia, protesto que vão enviar pelo correio.

— Os funcionarios da mesma Provincia pedem que lhes sejam pagos os vencimentos em atraso ha vinte mezes. Igualmente os funcionarios timorenses pedem para não ser reduzido o seu vencimento de exercicio.

Companhia Nacional de Navegação

SOCIEDADE ANONIMA DE RESPONSABILIDADE LIMITADA

Serviço regular entre a Metropole e a Africa Ocidental e Oriental Portuguesa

Saídas de Lisboa em 1 de cada mez para os portos de Africa Ocidental e Oriental

Saídas de Lisboa em 15 de cada mez para todos os portos de Africa Ocidental

Saídas extraordinárias de Lisboa e portos do norte da Europa para a Africa, unicamente para carga

FROTA DA COMPANHIA

PAQUETES

Nyassa.	8965 toneladas	Portugal	3998 toneladas	} Serviço de cabotagem
Angola.	8315 "	Luabo.	1385 "	
Lourenço Marques.	6355 "	Chinde.	1382 "	
Moçambique.	5771 "	Manica.	1116 "	
Africa	5491 "	Bolama.	985 "	
Pedro Comes.	5471 "	Ibo.	884 "	
Beira.	4973 "	Ambriz.	858 "	

VAPORES DE CARGA

Cubango, 8300 toneladas; S. Tomé, 6350 toneladas; Cabo Verde, 6200 toneladas; Dondo, 6000 toneladas; Congo, 5080 toneladas

REBOCADORES NO TEJO

"TEJO", "CABINDA" E "CONGO"

Todos os vapores desta Companhia tem frigoríficos, luz electrica, excellentes acomodações e todos os modernos requisitos de navegação, proporcionando aos srs. Passageiros viagens rápidas e cômodas.

Escritórios da Companhia:

Rua do Comercio, 85 — LISBOA

Rua da Nova Alfandega, 34 — PORTO

AGENTES: ANVERS, Eiffe & C.º, Quai van Dyck, 10 — HAMBURGO, E. Th. Lind, Alsterdam 39 Europahaus. — ROTTERDAM, H. van Krieken, P O B 662

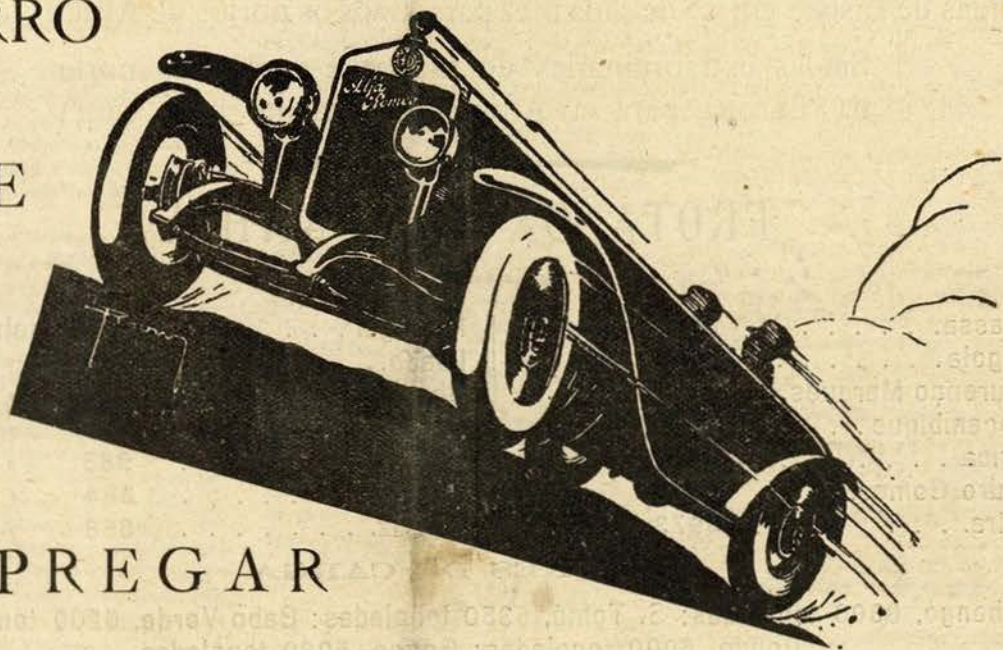
Telefones: Administração, C. 1527 — Chefe do Expediente, C. 1000 — Informações, C. 608 — Lesouraria e Passagens, C. 2665 — Comissariado e Serviços Medicos, C. 3202 — Engenheiros (Cais da Fundição), C. 3052 — Cais da Fundição, C. 2087 — Depósito e Armazem, C. 4012.

A VELOCIDADE

NUNCA FALTARA' AO

CARRO

QUE



EMPREGAR

Auto-Gazo

A MELHOR

GAZOLINA

VACUUM OIL COMPANY